

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROPAGANDA E TURISMO

CAROLINE ALVES DE SOUZA

A RELAÇÃO VIOLENCIA E OPINIÃO PÚBLICA NO CONTEXTO DIGITAL:
um estudo sobre o *podcast* “Mulher da Casa Abandonada”

São Paulo
2023

CAROLINE ALVES DE SOUZA

A RELAÇÃO VIOLENCIA E OPINIÃO PÚBLICA NO CONTEXTO DIGITAL:

um estudo sobre o *podcast* “Mulher da Casa Abandonada”

Trabalho de conclusão de curso apresentado
ao Departamento de Relações Públicas,
Propaganda e Turismo da Escola de
Comunicações e Artes da Universidade de São
Paulo para obtenção do título de Bacharel em
Relações Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Massimo Di Felice

São Paulo
2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Souza, Caroline Alves de
A relação violência e opinião pública no contexto
digital: um estudo sobre o podcast "Mulher da Casa
Abandonada" / Caroline Alves de Souza; orientador, Massimo
di Felice. - São Paulo, 2023.
58 p.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Departamento de Comunicações e Artes / Escola de
Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.
Bibliografia

1. Opinião pública. I. Felice, Massimo di. II. Título.

302.2 CDD 21.ed. -

Elaborado por Alessandra Vieira Canholi Maldonado - CRB-8/6194

CAROLINE ALVES DE SOUZA

A RELAÇÃO VIOLENCIA E OPINIÃO PÚBLICA NO CONTEXTO DIGITAL:

um estudo sobre o *podcast* “Mulher da Casa Abandonada”

Trabalho de conclusão de curso apresentado
ao Departamento de Relações Públicas,
Propaganda e Turismo da Escola de
Comunicações e Artes da Universidade de São
Paulo para obtenção do título de Bacharel em
Relações Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Massimo Di Felice

Aprovado em:

Prof(a). Dr(a).: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof(a). Dr(a).: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof(a). Dr(a).: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

São Paulo

2023

A todos que de alguma me fizeram chegar
onde estou, minha eterna gratidão e meu
grande carinho.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o processo de midiatização e sua relação com a esfera pública sob a ótica do contexto digital. Em primeiro momento, é feita a revisão bibliográfica acerca da violência e sua relação nos estudos da comunicologia. Em seguida, o tema da midiatização é aprofundado, sob o fator da evolução tecnológica e social do ato comunicativo, enfatizando o contexto da opinião pública. Por fim, é utilizado como objeto de estudo o *podcast* “A Mulher da Casa Abandonada”, apresentado pelo jornalista Chico Felitti, como um cenário de reflexão para a compreensão da polifonia da opinião pública na contemporaneidade.

Palavras-chave: Violência. Midiatização. Opinião Pública. Esfera Pública. Comunicação Digital.

ABSTRACT

This monograph aims to analyze the mediatization process and its relation with the public sphere from the perspective of the digital context. Firstly, a bibliographical review is carried out on violence and its relationship in communicative studies. Next, the topic of mediatization is deepened, under the factor of technological and social evolution of the communicative act, emphasizing the context of public opinion. Finally, the podcast “A Mulher da Casa Abandonada”, hosted by journalist Chico Felitti, is used as an object of study as a scenario for reflection to understand the polyphony of public opinion in contemporary times.

Keywords: Violence. Mediatization. Public Opinion. Public Sphere. Digital Communication.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Reportagem do Fantástico sobre o caso dos Bonetti.....	40
Figura 2 - Reportagem publicada na época.....	41
Figura 3 - Busca do termo “Margarida Bonetti” entre início de 2021 e final de 2022...	
42	
Figura 4 - Tiktokers fazem vídeos visitando a casa de Margarida Bonetti.....	43
Figura 5 - Casa de Margarida Bonetti se torna ponto turístico.....	45
Figura 8 - Usuário do X reflete sobre o tratamento dado para Margarida Bonetti....	48

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. A COMPLEXIDADE DO CONCEITO VIOLENCIA.....	11
2.1. COMUNICAÇÃO, MÍDIA E VIOLENCIA.....	16
3. CONCEITUANDO MIDIATIZAÇÃO E OPINIÃO PÚBLICA.....	21
3.1. OPINIÃO PÚBLICA NO CONTEXTO DIGITAL.....	28
3.1.1. PROPAGAÇÃO MIDIÁTICA: O CONCEITO DA MÍDIA VIRAL DIGITAL.....	33
4. A MIDIATIZAÇÃO DE UM CRIME: A MULHER DA CASA ABANDONADA.....	36
4.1. A HISTÓRIA DO PODCAST “A MULHER DA CASA ABANDONADA”.....	37
4.2. POLIFONIA DA NOTÍCIA: AS DIFERENTES VOZES DA FORMAÇÃO DE OPINIÃO SOBRE “A MULHER DA CASA ABANDONADA”	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	53

1. INTRODUÇÃO

A violência, enquanto fenômeno, pode ser interpretada como qualquer comportamento ou ação que provoque algum tipo de sofrimento, seja direcionado a si mesmo ou a terceiros. Esta temática é extensivamente debatida em várias esferas acadêmicas, incluindo perspectivas sociológicas, filosóficas, políticas e psicológicas. Ao longo da história, manifestou-se de diversas maneiras; por exemplo, no contexto cristão, a violência é conceituada à luz do pecado original, representada na narrativa bíblica pela tensão entre os filhos de Adão e Eva, Caim e Abel, ilustrando a transgressão mútua. No âmbito jurídico, a violência é compreendida legalmente, referindo-se às normas que cada cidadão deve seguir para evitar o descumprimento constitucional e assegurar a manutenção dos direitos individuais.

No contexto judiciário, a violência é entendida sob uma perspectiva legal, referindo-se às normas que cada cidadão deve seguir para impedir o descumprimento constitucional e garantir a manutenção dos direitos individuais. Sob a ótica da comunicação, a discussão sobre a violência envolve o fenômeno de sua representação e simbologia. A maneira como a violência é retratada nos meios de comunicação, por exemplo, influencia a percepção pública e pode moldar atitudes e comportamentos. Esse debate na esfera da comunicação destaca a importância de compreender não apenas a ocorrência da violência em si, mas também como ela é mediada e interpretada pelos meios de comunicação, afetando a construção de significados sociais.

À medida que a mídia exerce influência na formação de opinião, entender como a violência é moldada e percebida por meio desses canais torna-se necessário para uma compreensão mais profunda da sociedade. Esse entendimento é fundamental não apenas do ponto de vista acadêmico, mas também para informar práticas éticas e responsáveis na produção e consumo de conteúdo midiático.

Ao refletir sobre décadas passadas, percebe-se uma mudança na forma como a mídia aborda a violência. Anteriormente, a opinião pública muitas vezes era moldada pela mídia em massa, representada pelos grandes veículos de comunicação tradicionais, como jornais, rádio e televisão. No entanto, com a ascensão da mídia digital e das redes sociais, observa-se uma mudança nos atores

comunicativos, sob a democratização na produção e disseminação de conteúdo, gerando uma multiplicidade de vozes e perspectivas.

Este cenário contemporâneo, embora promissor em termos de diversidade de vozes, traz consigo desafios éticos significativos. A representação da violência, muitas vezes sensacionalizada para atrair audiência, suscita questões sobre a responsabilidade da mídia na construção de narrativas que podem impactar profundamente a sociedade. Além disso, surge a discussão sobre a forma que o grande público interpreta e reage quanto ao fenômeno, desde o reducionismo midiático, lendo o cenário sob uma perspectiva do entretenimento, até a discussão racional na esfera pública quanto à importância de propormos uma racionalização do que é disseminado e de que maneira ela é apresentada.

Diante dessa perspectiva, a escolha do *podcast* "A Mulher da Casa Abandonada" como objeto de estudo se fundamenta em sua capacidade de ultrapassar barreiras digitais e ecoar na esfera pública física. Esse fenômeno não apenas destaca a eficácia do podcast em atrair uma audiência convergente, mas também aponta para a relevância de compreender como esse tipo de mídia impacta para além do ambiente virtual.

Este trabalho está estruturado para abordar sistematicamente essas complexidades. Inicia-se com uma revisão teórica abrangente, explorando os fundamentos da violência sob o ponto de vista das Ciências Humanas e Sociais e sua relação com a mídia e o processo de midiatização, explorando o contexto dos estudos sobre opinião pública e dedicado para o âmbito digital, indiscutivelmente parte das relações de hoje. Em seguida, exploro o *podcast* proposto, com uma breve cronologia do surgimento desta forma de comunicação e prosseguindo para a análise crítica do podcast, considerando elementos contextuais de sua criação e analisando, por fim, a relação do programa com a audiência sob as teorias discutidas pelos autores propostos.

Este estudo visa utilizar uma peça jornalística recente, já que o *podcast* foi lançado em 2022, para introduzir a discussão sobre a opinião pública e a participação dos *media* nas relações comunicativas entre os públicos e as redes interconectadas exploradas no espaço digital.

2. A COMPLEXIDADE DO CONCEITO VIOLENCIA

Historicamente, a violência não é algo recente nas relações de indivíduos, tampouco fácil de definir. Se analisarmos a história das civilizações, podemos perceber que os conflitos violentos tiveram papel crucial para as transformações sociais e culturais, de modo que reconfiguraram as dinâmicas de comunidade.

O termo vem do latim, *violentia*, que significa o ato de violar a si ou ao outro. No dicionário, de forma literal, é identificada como “ato de crueldade”, “fúria repentina”, “coação que leva uma pessoa à sujeição de alguém”.¹ Segundo a Organização Mundial da Saúde², a violência é definida como:

O uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação. (OMS. Relatório Mundial de Saúde e Violência. Genebra, 2002.)

Embora a definição abranja as violências de poder e físicas, deve-se destacar que o conceito é complexo e implica em diversos fatores e efeitos a um indivíduo ou comunidade. Na definição da OMS, por exemplo, são excluídas as violências não intencionais, ao identificá-las somente às situações que haja a intencionalidade e consequência produzida perante o ato violento. Um acidente de carro, por exemplo, é uma agressão violenta para a vítima, mas não é necessariamente intencional, mesmo que seja fatal.

Sob um ponto de vista das ciências humanas, “a prática da violência expressa atos contrários à liberdade e à vontade de alguém e reside nisso sua dimensão moral e ética” (PAVIANI, 2016, p.8), bem como suas características são relativas em um contexto histórico, social, geográfico e cultural de conforme o que é aceitável ou não em determinada época, ou espaço analisado. Assim, o que é considerado um ato de violência hoje, pode não ter sido identificado dessa maneira há anos, décadas ou séculos atrás.

¹ VIOLENCIA. In: DICIO, **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Michaelis, 2023. Disponível em <<https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=violencia>>. Acesso em 02 de novembro de 2023

² Em 1996, a Quadragésima Nona Assembléia Mundial de Saúde adotou a Resolução WHA49.25, declarando a violência como um problema importante, e crescente, de saúde pública no mundo.

A história nos oferece exemplos nos quais é possível analisar a moralidade da violência em diferentes épocas e culturas. Na Mesopotâmia, entre 1792 e 1750 a.C., o código de Hamurábi tinha como base a Lei do Talião³, que permitia a punição de atos violentos na mesma proporcionalidade do crime cometido (“olho por olho, dente por dente”). Para os persas, no século VI a.C, a crucificação, hoje um ato simbólico na cultura cristã, era considerada uma punição moral, causando aos criminosos, como foi acusado Jesus Cristo, a morte por desidratação, perda de sangue e falência múltipla dos órgãos, sob os olhos dos transeuntes da cidade. Trazendo à contemporaneidade, a pena de morte é vista como justa para uns e um ato extremo de violência desproporcional para outros. Sendo assim, entende-se que a violência está atrelada também à moralidade e ética em ordem social, cultural e legal.

A literatura sobre o tema é vasta, enriquecida ao longo do tempo por diversas contribuições de grandes pensadores. A raiz da violência, para Marx, estava nas relações ditadas pelo capital, na luta de classes e na exploração da força de trabalho. Por outro lado, Hegel via a violência como uma característica intrínseca à natureza humana. Em *O mal-estar na civilização* (1929), Freud explora a violência de maneira subjetiva ao analisar a natureza do conflito entre o indivíduo e a sociedade, uma vez que a civilização usa de mecanismos de repressão para impor regras aos desejos e impulsos individuais. De acordo com Susin e Fleitas (2016, p. 119):

Freud conclui que a gênese dos sentimentos de culpabilidade radica nas tendências agressivas. Ao impedir a satisfação erótica, dirige-se a agressão para a pessoa que proíbe, e esta agressão é canalizada para o Superego, do qual emanam sentimentos de culpabilidade. Também há um Superego cultural que estabelece rígidos ideais. O destino da espécie humana depende de, até que ponto a cultura poderá fazer frente à agressividade humana. (SUSIN e FLEITAS, 2016, p. 119)

Dessa forma, estes limites impostos e vontades reprimidas impelem um sentimento de culpa e da agressividade na sociedade e o psicanalista sugere que a civilização obriga o indivíduo a reprimir impulsos agressivos e sexuais, o que resulta em um acúmulo de tensão psicológica, capaz de produzir uma reação extrema de violência ou desejo sexual, seja contra a si quanto ao outro.

³ A expressão vem do latim *Lex Talionis* (*lex* = “lei” e *talis* = “tal, de tal tipo”) e consiste na reciprocidade do crime e da pena.

De uma perspectiva filosófica, a violência não é somente o que tange a cultura e a agressão, muito menos a uma repressão sexual, mas um conceito. Nesse contexto, é fundamental adotar o pressuposto de que a violência é uma realidade exclusiva da experiência humana, ou seja, a violência é um fenômeno intrinsecamente ligado ao mundo humano, e somente os seres humanos têm a capacidade de conferir sentido e significado a ela, em vez de serem os autores do acontecimento. Portanto, a violência é uma questão de interpretação e significação, e é a partir desse princípio que se pode afirmar que ela só existe porque também existe o sentido. Por Pilatti (2016):

Pode-se considerar que o homem só é violento porque é capaz de interpretar e compreender, porque é capaz de estabelecer uma relação com outro homem como homem (num universo do sentido, numa relação de reconhecimento e interpretação pela qual é objeto e simples natureza), e ele pode se tornar violento ou não violento apenas no universo do sentido que é o humano. Por isso, pode-se afirmar que a violência é constitutiva do mundo humano. (KIRSCH, 1992, apud PILATTI, 2016, p. 29)

Assim, o que difere a violência humana da violência animal, é a consciência do homem perante seus atos, visto que no reino animal da irracionalidade, a violência age sob o instinto, uma reação a uma ação de maneira natural em que biologicamente o ser vivo foi feito para, como uma relação entre presa e predador. Já a violência humana é consciente ou inconscientemente pensada e carrega consigo uma razão, um sentimento atrelado. O leão dar o bote em uma zebra na savana não possui a carga emocional da violência de um homicídio doloso ou a tortura física e psicológica intencional de um grupo para outro.

Ainda, ressalta-se que a violência é uma herança civilizatória, que todos os conjuntos compartilham, sejam elas guerras, genocídios, massacres, ou qualquer truculência e ato violento que fez parte do que a moldou. Para Maffessoli (1987, p. 14-18, apud CASAGRANDE e PERUZZULO, 2012, p. 239):

A violência sempre está presente; antes de condená-la de uma maneira rápida demais, ou ainda, negar sua existência, é melhor ver de que maneira pode-se negociar com ela. É a partir de um princípio de realidade desse que é possível apreciar a qualidade de equilíbrio maior ou menor que caracteriza cada sociedade... Consciente da onipresença da violência, da sua conformidade com o fato social, é preciso negociar, ser astuto, 'amansá-la', socializá-la. (MAFFESOLI, 1987: 14-18)

Considerada também um mecanismo de poder, a violência é concretizada sob inúmeras facetas. Nas obras de Michel Foucault, o fenômeno pode ser interpretado como uma das ferramentas para exercício de poder sobre o indivíduo, além da docilidade dos corpos, sendo a violência direta e física, ou indireta e psicológica. Em *Vigiar e Punir* (1999), o autor destaca que essa relação com o poder evoluiu para formas mais sutis, substituindo a violência física direta, como linchamentos em praça pública na França e suplícios que desmembraram acusados, para instrumentos de adestramento dos corpos e imposição do poder coercitivo do Estado perante os indivíduos. Para o autor:

Houve, durante a época clássica, uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder. Encontraríamos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada então ao corpo — ao corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam. (FOUCAULT, 1999)

Deste modo, o Foucault destaca a mudança na relação entre o poder e o corpo, na qual o corpo se tornou um objeto de governança, manipulação e disciplina. Essa transformação reflete uma nova forma de exercício de poder, na qual o corpo é central na conformação e controle dos indivíduos dentro da sociedade, de maneira que os transforma em corpos que obedecem. A violência física e direta, foi ressignificada para exercícios de poder psicológico sobre os indivíduos. Assim, o corpo passou a ser manipulado e modelado de acordo com as normas e padrões estabelecidos pela sociedade. Isso envolveu práticas de disciplina e treinamento para atender às exigências sociais e transformou o que era direto e prático para algo simbólico e ideológico.

Pierre Bourdieu introduziu o conceito de violência simbólica, que descreve o uso de símbolos, linguagem e práticas culturais para imposição de controle e dominação sobre indivíduos ou grupos na sociedade. A violência simbólica não envolve força física direta, mas funciona por meio de normas, valores e hierarquias sociais que são internalizadas pelas pessoas, levando-as a aceitar e reproduzir relações de poder desiguais. Segundo o autor:

A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural; ou,

em outros termos, quando os esquemas que ele põe em ação para se ver e se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes (elevado/baixo, masculino/feminino, branco/negro etc.), resultam da incorporação de classificações, assim naturalizadas, de que seu ser social é produto. (BOURDIEU, 2012, p. 47)

Bourdieu argumenta que a violência simbólica está intimamente ligada à estratificação social e à manutenção das hierarquias de poder. Ela opera por meio da imposição de normas culturais, valores e práticas que favorecem grupos dominantes e desfavorecem grupos subalternos. Essas normas são muitas vezes percebidas como legítimas e naturalizadas, levando as pessoas a aceitarem, normalizarem e reproduzirem desigualdades.

A origem da violência tem inúmeros lados, seja ela causada por qualquer revolta ou confronto social. No entanto, sob a ótica da Filosofia, é possível questionar o caminho que levou alguém ao ato violento, a depender de aspectos sociais, biológicos ou culturais. Para Zizek (2007), além da violência simbólica apresentada por Bourdieu, identifica-se duas segmentações da materialização dela: a subjetiva e objetiva. O autor descreve:

A questão é que as violências subjetiva e objetiva não podem ser percebidas do mesmo ponto de vista: a violência subjetiva é experimentada enquanto tal contra o pano de fundo de um grau zero de não violência. É percebida como uma perturbação do estado de coisas “normal” e pacífico. Contudo, a violência objetiva é precisamente aquela inerente a esse estado “normal” de coisas. A violência objetiva é uma violência invisível, uma vez que é precisamente ela que sustenta a normalidade do nível zero contra a qual percebemos algo como subjetivamente violento. (ZIZEK, 2007)

Dessa forma, a violência subjetiva refere-se àquela perpetrada por agentes individuais, grupos específicos ou o próprio Estado. É a violência que é claramente atribuível a ações intencionais. Nesse contexto, a violência subjetiva é frequentemente visível, mensurável e direcionada para fins específicos, como o desvio da atenção de uma violência mais nociva. Por outro lado, a violência objetiva, para Zizek, é um fenômeno mais sistêmico e difuso, resultante do sistema capitalista. Ela surge das estruturas sociais, econômicas e políticas mais amplas, muitas vezes sem a intenção direta de agentes individuais. Tida como invisível, a violência objetiva muitas vezes não é percebida de forma tão imediata quanto a violência subjetiva, por ser mais sutil, mas está presente na linguagem, por exemplo.

A violência, portanto, têm múltiplas definições e complexas raízes às quais passam pelo ponto de vista histórico, social, literal e filosófico. Além disso, ela não é originada apenas de fatores externos ou internos, bem como aspectos éticos e epistemológicos que moldam o comportamento humano. Seja em sua forma primitiva, que se cortavam as cabeças e queimavam os corpos, até sua faceta passiva-agressiva, com jogos psicológicos e adestramento dos corpos. De qualquer modo, ela abrange o poder de um ou mais indivíduos sob outros um ou mais indivíduos, seja física e direta, ou moral e indiretamente. Mesmo que a tolerância da relação entre a moralidade e a violência tenha drasticamente se alterado entre os séculos, seu fundamento se mantém preciso: deixar claro quem detém o poder e quem está passível de punição.

2.1. COMUNICAÇÃO, MÍDIA E VIOLENCIA

A relação entre a mídia e a violência é um tema de discussão constante. A mídia desempenha um papel significativo na maneira como percebemos e entendemos a violência, uma vez que é um dos principais meios pelos quais somos expostos a imagens e narrativas violentas. Por um lado, a mídia desempenha um papel importante na conscientização sobre conflitos em todo o mundo, com a capacidade de ajudar a mobilizar a opinião pública. No entanto, também há preocupações sobre como a mídia retrata a violência, muitas vezes focando no sensacionalismo e na exploração do sofrimento humano como produto.

Ao darmos alguns passos para trás, entendemos, primeiro, a natureza do que é a comunicação. Ela é uma energia propulsora, “uma força vital do ser humano que o impulsiona para sobrevivência e ao exercício da vida” (CASAROLI e PERUZZULO, 2008), que é capaz de estabelecer uma relação entre as pessoas, tanto a emissora quanto a receptora do que é tido como mensagem, seja ela direcionada por qualquer ferramenta de comunicação, que na comunicologia chamamos de meio. Segundo Casaroli e Peruzzulo (2008),

Para se comunicar é preciso primeiramente definir o lugar e o significado do outro. Então, na relação de comunicação, o lugar do outro é primordial, perceber o outro, o desejo e a necessidade do outro. Isso se dá porque a comunicação é uma relação no jogo do encontro com a alteridade. O que torna possível a relação de comunicação é o meio de representar que é justamente a representação daquilo que se quer comunicar. A qualidade

dessa representação vista em todo o investimento valorativo nela feita é que vai caracterizar a relação de comunicação humana, na qual a relação se apresenta articulada numa linguagem. (CASAROLI e PERUZZULO, 2008)

Desse modo, a comunicação é uma troca que ocorre no contexto do encontro com a diferença e a individualidade do outro. Também, deve-se destacar que o meio de representação desempenha um papel crucial na comunicação, pois é por meio dela que expressamos o que desejamos comunicar. A qualidade dessa representação, que envolve avaliações e interpretações, é o que determina a natureza da relação de comunicação humana, que se manifesta por meio da linguagem. Em resumo, a compreensão do "outro" e a qualidade da representação são aspectos fundamentais para uma comunicação eficaz e significativa.

Além de sua origem, entende-se o ato de comunicar, principalmente ao que tange a mídia, a responsabilidade de influenciar a opinião pública. Para Freire e Carvalho (2008):

Os meios de comunicação nos indicam o que pensar, o que sentir, como agir. Eles nos impõem certas questões e nos fazem crer que estes é que são os problemas importantes sobre os quais devemos pensar e nos posicionar. Este instrumento forja determinadas formas de existência que não apenas possuem papel efetivo no incremento da violência, como também representam uma das expressões da mesma. (FREIRE e CARVALHO, 2008, p. 156)

Os meios de comunicação desempenham papel significativo na formação de opinião individual e coletiva. Eles influenciam nossas percepções ao destacar certas questões e problemas, muitas vezes fazendo com que acreditemos que são os mais importantes a serem considerados. Os meios de comunicação têm o poder de moldar a maneira como vemos o mundo e, consequentemente, de influenciar a nossa conduta. Ao nos relacionarmos “com as representações constituídas na situação de comunicação” (CASAROLI e PERUZZULO, 2008), estabelecemos “a forma legítima da interação, pois operam ações persuasivas de modo recíproco” (CASAROLI e PERUZZULO, 2008).

Além disso, a mídia na totalidade é capaz de conferir e reafirmar a ocorrência de um fato. Não somente de intensificar ou ressignificar uma situação, mas de fazer nascer, e até morrer, uma notícia. Aquilo que não passa pelo *mass media*⁴, nunca sequer existiu sob os olhos da audiência. Como aponta Chauí (2010),

⁴ Mídia de massa, tradução nossa.

Os mass media tornaram irrelevantes as categorias da verdade e da falsidade substituindo-as pelas noções de credibilidade ou plausibilidade e confiabilidade – para que algo seja aceito como real basta que apareça como crível ou plausível, ou como oferecido por alguém confiável. (CHAUÍ, 2010, p. 8)

Vale ressaltar que a mídia possui um papel de instrumento social relevante, pois cria narrativas, histórias e até mesmo criam ou recriam a interpretação que temos do mundo, incluindo de atos violentos. Freire e Carvalho (2008) abordam que no tema da violência, a mídia com seus meios consegue “apontar o dedo” para quem é o culpado ou acusado de uma história,

A forma como a mídia produz realidades, verdades, fantasias, falas autorizadas, história e memória também atravessam o tema da violência, quando pobres estão sendo marcados e identificados, por esses mesmos meios de comunicação, como os “suspeitos”, os “infames”, e sua territorialidade sendo considerada como “locais perigosos”. (FREIRE e CARVALHO, 2008, p. 156-157)

A violência, embora indesejável em si, desempenha um papel significativo nos meios de comunicação devido ao seu potencial para atrair a atenção do público. Os eventos violentos muitas vezes geram manchetes impactantes e imagens dramáticas que capturam imediatamente a atenção das pessoas. Isso pode aumentar a audiência e as vendas de publicações ou impulsionar a audiência de programas de televisão e filmes.

Exemplos da relação mídia e violência são vários. Jornais televisivos como Cidade Alerta, da TV Record, e Brasil Urgente, da TV Bandeirantes, mostram diariamente roubos, furtos, latrocínios e sequestros, inclusive ao vivo, capazes de segurar a audiência durante o horário vespertino da televisão aberta⁵. Estes programas têm responsabilidade, também, sob o pânico que pode causar para sua audiência, exposta a diversos tipos de crime. Para Muniz Sodré (2002, apud GONRING e HOFMANN), a mídia tem um papel de influência na construção das realidades sociais, capaz de, assim como causar pânico, também de causar uma sensação, seja ela falsa ou não, de justiça.

A mídia é a principal gestora das enunciações em que o ato agressivo aparece como gênero catastrófico, gerador não de simples medo – que

⁵ Em fevereiro de 2020, o apresentador Luiz Bacci entrevistava a mãe de uma menina desaparecida e, ainda durante essa entrevista, anunciou para ela que sua filha foi encontrada morta. Ao receber a notícia, a mulher acabou desmaiando no ar. Toda a situação gerou revolta nos telespectadores.

todo vínculo social costuma acomodar -, mas de medo excessivo, ou pânico. Sabemos que, do ponto de vista dramático, a violência é um recurso de economia discursiva: o soco ou o tiro do herói no vilão poupa o espectador de longas pregações morais contra o mal. É uma elipse semiótica com grande poder de sedução." (SODRÉ, 2002, p. 96-97, apud GONRING e HOFMANN, 2010, p. 10)

Existe, ainda, o entendimento de que há um sadismo dos dois lados da moeda: os meios de comunicação exploram e estimulam o consumo dos atos violentos ao venderem como informação para a segurança pública; a audiência sente um certo prazer no sofrimento do outro, como se apreciasse ser telespectador do violentado. "A visão do fato violento, exibida de forma dramática ou não, funcionaria como uma tentativa, muitas vezes infantilizada, de se lidar com a banalização do trágico no dia a dia" (GONRING e HOFMANN, 2010, p. 10), banalização essa que está conectada ao que se considera a linguagem que a mídia tem de comunicar o ato violento.

Tondato (2007) também questiona as representações da violência na mídia. Embora estatisticamente os níveis sejam menores comparados a décadas passadas, a proporção na mídia de cenários violentos faz com que no imaginário social a situação seja diferente. Nesta representação, a comunicação de massa é responsável pela exposição em demasia, o que torna a sociedade "vulnerável às representações dos acontecimentos com consequência da valorização das formas simbólicas" (TONDATO, 2007, p. 128). A autora ainda complementa,

Fruto da interação social, a violência é representada por meio de simplificações das complexidades de uma sociedade individualista apresentando, paradoxalmente, conteúdos que enfatizam situações relacionais "disseminando uma cultura centralizada em dois atores estereotipados: o verdugo e a vítima". (TONDATO, 2007, p. 128)

A representação simbólica da violência é sua expressão máxima na relação humana. Uma vez que se comprehende que a comunicação ser-homem é constituída por meio de signos, sua linguagem simbólica funciona através deles, que operam "as representações em processos mentais e organizam a linguagem" (CASAROLI e PERUZZULO, 2012).

Analizar a comunicação na fronteira do domínio cultural, a partir do surgimento da representação, implica em compreender a comunicação com base

em sua natureza singular e distintiva, mesmo nos estágios iniciais, nos quais a linguagem ainda não está presente.

O questionamento da relação mídia e violência não está somente em sua necessidade de comunicá-la, já que é de papel social da comunicação informar os mais diversos assuntos para a sociedade, mas de sua natureza. A discussão não abrange a esfera do para quê, mas do como a violência é tratada pela mídia. Segundo Contrera (1999),

O grande problema existente na relação entre mídia e violência está na linguagem utilizada pela primeira quando se refere à segunda, uma vez que a maneira como são representadas as situações de violência pela mídia é considerada violenta para a autora. Assim sendo, a capacidade de percepção, seleção e memória por parte dos indivíduos do fato noticiado pode ser afetada e, as ações da mídia podem prejudicar a competência simbólica e comunicativa do ser humano. (CONTRERA, 1999, apud CASAGRANDE e PERUZZULO, 2012, p. 247)

Isso significa que a linguagem utilizada é responsável por estabelecer uma emoção perante a informação dada, a depender de como ela é noticiada, bem como a maneira pela qual sua audiência é capaz de atribuir o que há de simbólico. Ainda, essa linguagem é capaz de desenvolver uma relação de desejo e consumo.

Embora a mídia transmita o que é violento a fim de rechaçá-lo e se revoltar contra isso, ao mostrar exageradamente, ela causa uma “anestesia jornalística”, em que de tanto propagar a violência, beiramos sua normalização. Isso ocorre devido à fórmula do desejo, que a mídia cria, e a sensação de saciedade, que ela também oferece. Popularmente, cria-se o problema e vendem a solução. Para Casagrande e Peruzzolo (2012),

Os meios de comunicação, seguidamente, apresentam os atos violentos e condenam-nos, pela sua brutalidade, agressividade e efeito maléfico na sociedade. Porém, esquecem que, ao apresentá-los de forma demasiada, geralmente através de formatos sensacionalistas, mostram como ocorre a prática do ato, como tal ato é realizado. Com o intuito claro de cativar a audiência, praticamente ensinam o público como agir de modo violento. (CASAGRANDE e PERUZZULO, 2012, p. 252)

A relação comunicação, mídia e violência, portanto, é conectada a fatores como a necessidade vital do homem em informar e ser informado, de comunicar, pertencer e estar em comunidade. Além disso, demonstra-se que a mídia tem papel fundamental não somente em comunicar, mas de criar ou “matar” para a massa. É

ela que tem influência predominante para o que existe, deixa de existir, surge ou cai ao esquecimento. Ainda, entende-se o assunto violência nesta equação como um produto: a mídia cria o desejo e é ela a responsável por saciá-lo ou nutri-lo, embora também exista o que é tido como sadismo, já que há também o prazer da audiência em ver sofrer ou violado o outro, em uma posição de juiz e comentarista do sofrimento alheio.

3. CONCEITUANDO MIDIATIZAÇÃO E OPINIÃO PÚBLICA

A midiatização é um fenômeno da contemporaneidade, onde os meios de comunicação desempenham um papel central na formação de opiniões, na disseminação de informações e na construção de realidades. Ela não se limita apenas à presença da mídia em nossas vidas, mas também se estende à influência que exerce sobre nossas interações sociais, valores e percepções de mundo.

Por definição, a midiatização se refere ao processo pelo qual os meios de comunicação de massa desempenham um papel central na formação de ideias, valores, percepções e práticas na sociedade. Esse processo envolve a crescente influência e presença dos meios, como televisão, rádio, jornais, revistas, internet e mídias sociais, na vida cotidiana das pessoas e na construção da realidade social. Para Hjarvard (2014),

A midiatização diz respeito às transformações estruturais de longa duração na relação entre a mídia e outras esferas sociais. Em contraste à mediação, que lida com o uso da mídia para práticas comunicativas específicas em interação situada, a midiatização preocupa-se com os padrões em transformação de interações sociais e relações entre os vários atores sociais, incluindo os indivíduos e as organizações. Desta perspectiva, a midiatização envolve a institucionalização de novos padrões de interações e relações sociais entre os atores, incluindo a institucionalização de novos padrões de comunicação mediada. (HJARVARD, 2014, p. 24)

Através da midiatização, as narrativas midiáticas moldam as discussões públicas, afetam o comportamento humano e, muitas vezes, ditam as agendas políticas e sociais. Portanto, compreender a dinâmica da midiatização é crucial para uma sociedade informada e participativa, bem como para a análise crítica das mensagens veiculadas pelos meios de comunicação.

O termo midiatização não é recente e tem seus primeiros registros na metade do século XX. No entanto, o conceito da maneira que hoje é entendido e abordado pelas pesquisas do tema se tornou mais contundente a partir da década de 1980. Inicialmente estudado como mediatização, medialização e mediação, o conceito é chamado como conhecemos hoje há anos nos países de língua alemã (COULDRY e HEPP, 2013, p. 191).

Sua formulação conceitual vem de um contínuo desenvolvimento do pensamento na área de comunicação, que está ligado ao surgimento de diversos conceitos em um contexto global. Essas discussões, que envolveram vários autores, tinham como propósito guiar e expandir o escopo teórico dos estudos em comunicação, visando aprofundar a compreensão da influência da mídia na vida cotidiana. Tal evolução, para Couldry e Hepp (2013), tornou possível o entendimento do conceito por meio de duas tradições: a institucionalista e a socialconstrutivista.

Os autores definem a abordagem institucionalista como “os media como organismos com certa independência institucional, que possuem suas próprias regras” (TRINDADE e PEREZ, p. 388). Desse modo, ela é o processo de adaptação de diversos campos ou sistemas sociais a essas regras institucionalizadas pelos meios de comunicação e interessada, sobretudo, na mídia tradicional de massa (HEPP, 2014, p. 47). Já a abordagem socialconstrutivista é entendida como a forma de compreender o processo dentro de processos midiáticos no cotidiano. De acordo com eles,

O termo “midiatização” aqui destina-se a captar tanto a forma como a construção comunicativa da realidade se manifesta dentro de certos processos mediáticos como, por sua vez, características específicas de certos meios de comunicação têm uma “consequência” contextualizada para o processo global através do qual a realidade é construída na e através da comunicação. (COULDRY e HEPP, 2013, p. 196, tradução nossa)

Certamente, ambas tradições coexistem, capazes de complementar uma à outra. No entanto, ao levar a discussão para o cenário da midiatização como um todo, Braga (2006, apud TRINDADE e PEREZ, p. 389) observa que o conceito faz parte de um processo que ainda não foi consolidado, porém busca inserir processos culturais dentro de sua abrangência.

Em complemento, para Braga (2006, apud, MATTOS, JANOTTI JUNIOR e JACKS, 2012) o processo da midiatização se encontra em dois cenários sociais,

A midiatização ocorre em dois âmbitos sociais. No âmbito microssocial a midiatização trata de instituições ou instâncias que incorporam elementos da medialidade. No âmbito macrossocial a midiatização refere-se ao processo de adaptação e simulação da própria sociedade à lógica medial. (BRAGA, 2006, apud MATTOS, JANOTTI JUNIOR e JACKS, 2012, 2012, p. 70)

Isso significa que, no âmbito microssocial, a midiatização se relaciona com instituições ou contextos específicos que incorporam elementos da mídia em suas práticas e estruturas. Por outro lado, no macrossocial, a midiatização refere-se a um processo mais amplo, no qual toda a sociedade se adapta e simula a lógica da mídia em sua cultura, comportamento e funcionamento. Isso implica que a mídia exerce uma influência tão profunda e generalizada que a própria sociedade começa a adotar características da mídia em sua forma de se comunicar, informar e até mesmo em sua estrutura social.

Em um estudo da midiatização e sua evolução, ainda, é possível analisar seu desenvolvimento pelo viés da modernização. Evidentemente, a humanidade vem atingindo níveis tecnológicos distintos e em uma velocidade maior do que as evoluções de décadas e séculos passados. Da criação do celular ao *smartphone* levaram-se mais anos do que a evolução dos *smartphones* para (praticamente) computadores portáteis. Desse modo, é esperado que, como as tecnologias materiais (computadores, celulares e outros dispositivos), a comunicação, suas ferramentas e seus meios, também atinjam níveis evolutivos que acompanhem as necessidades sociais da humanidade. Observado por Hjarvard (2014), o processo de midiatização é considerado como um fenômeno natural da alta modernidade. Sob essa ótica, as mídias, assim como outros setores, também são afetadas pelos processos de modernização, assumindo funções específicas decorrentes de padrões institucionais em desenvolvimento (HJARVARD, 2014, p. 30).

Essas evoluções correspondem, por exemplo, à maneira de consumo da mídia. Jornais impressos foram substituídos pelo formato online, a um clique de distância. Além disso, a função dos meios de comunicação saiu da unicidade. Eles, por sua vez, atingiram uma pluralidade de funcionalidades (HJAVARD, 2014, p. 30), como o distanciamento e a onipresença de ambientes.

Hjarvard (2014), ainda, entende que o processo midiático não significa a completa dominação dos meios de comunicação de massa, mas uma necessidade tanto do instrumento quanto da audiência dessa relação.

A midiatização é um processo recíproco entre a mídia e outros domínios ou campos sociais. A midiatização não concerne à colonização definitiva pela mídia de outros campos, mas diz respeito, ao invés disso, à crescente interdependência da interação entre mídia, cultura e sociedade. (HJARVARD, 2014, p. 25)

Essa relação, além da dependência de mão dupla entre *mass media* e audiência, também confere a participação do público da discussão e até coprotagonismo do que é noticiado. Este fenômeno, fundamentalmente, aponta que as pessoas não querem ser somente informadas, mas participarem e se verem no que foi informado (MAFESSOLI, 2003).

Nesse sentido, os meios de comunicação adquiriram uma posição como parte da Esfera Pública (HJARVARD, 2014, p. 30), onde abrangem não somente temas políticos, mas se tornam um espaço de debate público dos mais diversos assuntos. Para o autor,

Em particular, os meios de comunicação possibilitam a diferenciação e o desencaixe tempo-espacó, ao mesmo tempo em que adquirem um papel especial de instituição de reflexividade coletiva tanto sobre os assuntos públicos quanto sobre os privados. A mídia, assim, favorece aspectos-chave da modernidade sendo, simultaneamente, um produto da modernidade. (HJARVARD, 2014, p. 31)

A Esfera Pública é definida como um espaço onde os cidadãos se reúnem para discutir questões de interesse público, formar opiniões e influenciar a tomada de decisões políticas (HABERMAS, 2011). Ainda, originalmente concebida como um ambiente para discussão e crítica, a Esfera Pública se transforma em um espaço dominado pelos meios de comunicação de massa, tornando-se permeável à influência do poder.

Para Da Viá (1983, apud BORBA e BALDISSERA, 2009) é neste ambiente que as relações sociais são construídas por meio de ferramentas de identificação, que são a introjeção ou a projeção. Neste contexto, a midiatização desempenha um papel de ampliação da Esfera Pública, uma vez que neste processo o *mass media* serve como plataforma para a expressão de opiniões e informações. Através desses

meios, as questões públicas são debatidas, amplamente disseminadas e acessadas por um público maior.

A discussão da midiatização e a Esfera Pública, ligada ao tema da opinião pública, não é algo recente. Para Lippmann (1992, apud HJARVARD, 2014, p. 40), várias formas de mídia, a partir do século XX, começaram a entrar e se espalhar pelas mais diversas instituições (públicas ou privadas) para influenciar a opinião pública. Ainda, entende-se que as mídias têm como papel social serem ferramentas de produção de atenção, capazes de controlar a representação da informação, a construção das relações sociais e de que forma e a finalidade social das ações comunicativas (HJARVARD, 2014, p. 40).

Sobre a Esfera Pública Martino (2014) acrescenta,

Mais do que um espaço físico, a Esfera Pública é um espaço abstrato, formado na interação entre os indivíduos envolvidos na discussão de temas que lhes dizem respeito. Trata-se dos espaços de deliberação e debate sobre aquilo que interessa à vida pública. Uma maneira de compreender a noção é fazer um paralelo com duas noções próximas, as ideias de “espaço público” e de “opinião pública”. (MARTINO, 2014, p. 97)

Nesse sentido, a Esfera Pública é conceptualizada como um domínio mais amplo e dinâmico, sendo uma construção abstrata emergente da interação social, onde os cidadãos se reúnem para debater e deliberar sobre questões de interesse coletivo. O "espaço público" refere-se ao ambiente onde ocorrem interações sociais, enquanto a "opinião pública" abrange as perspectivas, crenças e sentimentos compartilhados pela sociedade em relação a determinados assuntos.

Ainda, um conceito fundamental para o entendimento da Esfera Pública, abordado por Habermas (1984, apud MARTINO, 2014) é a de espaço público e privado. De acordo com Martino (2014),

Enquanto o espaço público é o espaço das ações visíveis, onde qualquer fato pode ser conhecido por todos, o lugar aonde, a princípio, tudo é potencialmente visível; o espaço particular é o lugar das coisas e das práticas que não devem ser vistas. É o espaço da intimidade, dos interditos, protegido do olhar público por cortinas e portas, no qual só é admitido quem for convidado. Aliás, a proteção do espaço privado é uma das bases da democracia moderna: ninguém, exceto com ordem judicial, pode entrar na casa de outra pessoa sem autorização. (MARTINO, 2014, p. 100)

Embora a definição dos dois ambientes seja bem delimitada, seu estado atual não desinibe a migração de uma esfera para outra, ou seja, um assunto

público não necessariamente é público pela sua natureza, mas foi levado a este ambiente. Um dos fatores que levam a esse fenômeno é descrito pelo processo de influência dos media sob a agenda de interesse.

No contexto da Esfera Pública mediada pelo processo de midiatização, deve-se analisar o processo de *agenda-setting*. O conceito abordado por McCombs e Shaw em 1972 destaca a influência significativa da mídia na formação da agenda pública. Ao destacar e repetir determinados temas, a mídia direciona a atenção do público para essas questões, moldando a percepção coletiva sobre a relevância e a importância de diferentes assuntos.

O poder do *agenda-setting* reside na capacidade da mídia de definir a pauta da atenção pública, influenciando não apenas o que as pessoas pensam, mas também sobre o que pensam. Essa teoria tornou-se fundamental para compreender o papel central da mídia na sociedade contemporânea, destacando a sua capacidade de moldar a agenda pública e influenciar a construção da realidade social. Para Coleman et tal. (2008),

A definição da *agenda-setting* é o processo em que os meios de comunicação social apresentam certas questões com frequência e destaque, com o resultado de que grandes segmentos do público passam a perceber essas questões como mais importantes do que outras. (COLEMAN et tal., 2008, p. 147, tradução nossa)

Destaca-se, ainda, que o *agenda-setting*, para os autores, influencia diretamente o comportamento do público atingido. Uma vez que há a promoção massiva de determinada pauta, a percepção de quem recebe a mensagem é impactada. Para exemplificar o conceito, é abordado o destaque massivo de delitos acontecidos na Universidade da Pensilvânia na década de 1990,

A ênfase dada pela mídia a algumas questões também pode afetar o comportamento público. A extensa cobertura noticiosa de crimes e violência, incluindo assassinatos e estupros, no campus da Universidade da Pensilvânia contribuiu para uma queda significativa nas inscrições de potenciais alunos do primeiro ano, predominantemente mulheres, de acordo com o reitor de admissões da universidade (Philadelphia Inquirer, 1996). Este declínio ocorreu quando outras universidades comparáveis registraram um aumento nas candidaturas durante o mesmo período. (COLEMANT et tal. 2008, p. 151, tradução nossa)

Desse modo, sugere-se que a forma como a mídia aborda certos eventos pode ter um impacto tangível nas decisões e comportamentos do público,

influenciando, assim, as percepções sobre determinado assunto. A sugestão aqui é que a maneira como a mídia apresenta e enfatiza certos acontecimentos desempenha um papel na formação da opinião pública, afetando diretamente as escolhas individuais e coletivas.

O poder da mídia transcende a mera transmissão de informações, estendendo-se à capacidade de moldar narrativas que, por sua vez, influenciam atitudes e ações. Esse fenômeno é evidenciado quando se observam mudanças tangíveis, como alterações em padrões de consumo, decisões de voto e até mesmo na participação em determinadas atividades sociais. Assim, a interação entre a mídia e a audiência se revela como um processo dinâmico, no qual a forma como os eventos são apresentados desempenha um papel de grande relevância na influência sobre as escolhas e perspectivas da sociedade.

A mídia, sobretudo, exerce um papel significativo na maneira como as pessoas percebem e interpretam o mundo ao seu redor. Através da escolha de temas, enquadramento de notícias e repetição de narrativas, a mídia influencia diretamente a construção das opiniões individuais e coletivas. Ao destacar certos assuntos e moldar o contexto em que são apresentados, ela pode direcionar a atenção do público e influenciar a interpretação desses eventos.

Além disso, a disseminação rápida de informações nas plataformas digitais ampliou a capacidade da mídia de impactar as opiniões, permitindo que notícias e perspectivas atinjam audiências globais em tempo real. A relação entre formação de opinião e mídia é dinâmica, portanto, destacando a função que os meios de comunicação desempenham na configuração da visão de mundo da sociedade. Pela análise de Terra e Sousa (2019),

Como compreender o processo de formação da opinião pública sem a presença da mídia? Desde os primeiros estudos desenvolvidos sobre o tema fica consolidada a relevância do papel da mídia na constituição da opinião pública. No cenário midiatisado essa noção passa por mudanças uma vez que individual ou coletivamente as pessoas passaram a acessar, fazer circular e ressignificar informações na ambiência digital, além de produzir e influir na formação de opiniões. Essa nova realidade contribuiu para que a mídia tradicional tivesse a sua condição de intérprete da opinião pública questionada. (TERRA e SOUSA, 2019)

Nesse sentido, a nova realidade sugere que a formação de opiniões não está mais exclusivamente nas mãos da mídia convencional, mas é moldada de maneira mais descentralizada, com contribuições relevantes provenientes das

interações digitais e da produção coletiva de informações. Dessa forma, a presença da mídia e seu papel na formação da opinião pública são reavaliados à luz das mudanças introduzidas pela era digital.

Considera-se, assim, que a midiatização é um fenômeno, apesar de materializado em contextos do século XX, atual e que ganha maior complexidade com o desenvolvimento mais aprofundado dos meios de comunicação e a pluralidade de espaços acessíveis às ações comunicativas.

Além disso, a midiatização não se limita à presença física dos meios de comunicação em nossas vidas, estendendo-se à influência que esses meios exercem sobre nossas interações sociais, valores e percepções de mundo. Ao analisar a evolução do conceito, percebemos que a midiatização é um processo recíproco entre a mídia e outros domínios sociais, abrangendo tanto a adaptação de instituições às regras midiáticas quanto a incorporação de elementos da mídia no cotidiano.

A midiatização, como apontado por Hjarvard (2014), é um fenômeno natural da alta modernidade, refletindo a interdependência crescente entre mídia, cultura e sociedade. Há nela a percepção de Esfera Pública ao qual o espaço é permeável para discussões e formação de opinião.

Ademais, a relação entre a formação de opinião e a mídia é complexa, evidenciando-se na teoria do *agenda-setting*, que destaca a capacidade da mídia de moldar a agenda pública e influenciar a percepção coletiva sobre a importância de diferentes questões que vão além da pauta política, estudada por McCombs e Shaw (1972).

No entanto, a era digital trouxe mudanças substanciais, descentralizando a formação de opinião e questionando a condição da mídia tradicional como única intérprete da opinião pública. Nesse novo contexto, as interações digitais e a produção coletiva de informações ganham relevância, redefinindo a dinâmica entre a mídia e a formação de opinião pública.

3.1. OPINIÃO PÚBLICA NO CONTEXTO DIGITAL

No contexto digital, a opinião pública assume uma dinâmica única, moldada pela rápida disseminação de informações e pela participação ativa da sociedade nas plataformas online. As redes sociais e os espaços digitais oferecem um cenário

onde as opiniões individuais podem alcançar audiências globais instantaneamente, permitindo uma multiplicidade de vozes e perspectivas.

A formação da opinião pública no ambiente digital é fortemente influenciada pela interconexão constante entre usuários, onde o compartilhamento de conteúdo, comentários e interações contribui para a construção coletiva de narrativas.

Entende-se que, com o advento dos *media* e de tecnologias de difusão de conteúdos, o espaço democrático decisório e nos processos de participação, foi possível o surgimento de esferas públicas que vão além do conceito de lugares físicos para a difusão política e cultural, transpassando a barreira física para um contexto dimensional eletrônico (DI FELICE, 2017, p. 27). Sob essa perspectiva, ainda, o que era definido como espaço público de debate, limitado ao que é físico, sofreu uma mudança significativa, visto que, com as novas interações conectivas, o processo dinâmico social foi alterado, estabelecendo, assim, a interação complementar entre os ambientes físicos e digitais (DI FELICE, 2017, p. 33).

De certa forma, o ato comunicativo sempre utilizou de instrumentos que descaracterizam a exclusividade humana (DI FELICE, 2017, p. 41). Mesmo fora de um contexto tecnológico, a comunicação é construída sob uma dimensão ecológica, ao qual depende de outros fatores além do corpo para a contextualização simbólica. No entanto, atualmente, entender o processo comunicativo e da formação da opinião pública está ligado ao que se entende por ambiente tecnológico, isto é, a Esfera Pública, como abordado por Di Felice (2017), além dos limites físicos do debate.

Como citado anteriormente, o conceito de Esfera Pública considera a divisão dela em dois espaços: o público e privado. Na percepção habermasiana, a esfera pública é a arena dos debates políticos e sociais. Os meios de comunicação, por meados do século XIX, já participavam dessa arena, porém, com uma função mediativa⁶ e amplificadora do que criadora dos debates (HABERMAS, 2011, p. 398).

No entanto, quando nos deparamos com a realidade comunicacional contemporânea, já é concebido que, conforme as mudanças estruturais da esfera pública ocorriam, além de mediadores, os meios de comunicação em massa seguiram um processo de capitalização, exploração do Estado e institucionalização,

⁶ “Uma mediação corresponde a um processo em que um elemento é intercalado entre sujeitos e/ou ações diversas, organizando as relações entre estes” (BRAGA, 2012).

que foram essenciais para a construção de seu poder na arena pública e na formação de opinião pública.

Sob à luz desse contexto, no ambiente digital, entende-se a atemporalidade conceitual de Habermas (2011) quanto às esferas públicas. A ideia de duas esferas é citada análoga ao processo cibرنético das comunicações por Martino (2014):

Essa distinção está presente também nos temas discutidos através das mídias digitais no ciberspaço. O fato de um tema se tornar público por conta de sua divulgação na internet não significa, de antemão, que ele faça parte de uma “Esfera Pública” virtual. Ao contrário, seria possível dizer que, da avalanche de informações presentes na rede, apenas uma pequena parte, de fato, poderia ser incluída entre os temas de discussão afinados com as perspectivas da proposta original de Habermas. (MARTINO, 2014, p. 102)

O autor ainda complementa,

A repercussão das desilusões amorosas de uma celebridade nas redes sociais não é necessariamente um assunto da Esfera Pública; no entanto, se uma celebridade foi agredida por seu ex-namorado, o fato ultrapassa a barreira da vida pessoal e passa a fazer parte das discussões da Esfera Pública. A agressão não é uma curiosidade da vida da pessoa; trata-se de uma violação de direitos e, portanto, um problema de caráter público. (MARTINO, 2014, p. 102)

Partindo desse pressuposto, a Esfera Pública, mais do que um espaço físico, emerge como um espaço virtual e fluido, formado através das redes digitais e das interações online entre os indivíduos. As plataformas sociais e os meios digitais proporcionam uma nova dinâmica à Esfera Pública, permitindo uma participação mais ampla e descentralizada na discussão de temas relevantes para a vida pública.

Para Castells (1999, apud MARTINO, 2014) é pela configuração da sociedade em rede que somos capazes de ultrapassar limites já estabelecidos. Para o autor:

Em escala macro, por exemplo, as grandes corporações, por exemplo, ultrapassam com facilidade as fronteiras nacionais na expansão de seus negócios; ao mesmo tempo, em escala micro, movimentos sociais ultrapassam fronteiras políticas, bem como distâncias locais, conectando interessados em mudanças – em uma sociedade em rede, o poder é exercido também a partir de redes. Ou, nas palavras de Castells, ‘o poder, na sociedade em rede, é o poder de comunicação’. (CASTELS, 1999, apud MARTINO, 2014, p. 108)

As sociedades em rede, tema de estudo de Manuel Castells, ao viabilizar a conectividade instantânea e global, redefinem a natureza da Esfera Pública, ampliando seu alcance e descentralizando o poder comunicativo. Castells argumenta que as sociedades em rede são caracterizadas pela centralidade das tecnologias de informação e comunicação, que transformam as relações sociais, econômicas e políticas. Entende-se aqui como rede “uma estrutura complexa de comunicação, na qual os vários nós interagem em múltiplas ligações” (MARTINO, 2014, p. 107).

Ainda, sob a perspectiva de Castells, entende-se que essa nova dinâmica social apresenta três características: a flexibilidade, escala e sobrevivência. Isso significa que a sociedade em rede é capaz de ampliar ou reduzir conexões, aumentar ou diminuir seu tamanho sem perder sua essência, e, por ser um fenômeno descentralizado, é capaz de operar em diversas configurações (MARTINO, 2014). Dessa forma, essa organização em rede é um fenômeno que passa por constante transformação e está em movimento contínuo. É isso que garante sua sobrevivência.

Essa maleabilidade da sociedade em rede faz parte, ainda, de um movimento que veio com o advento da internet. A *bitização* da sociedade configurou uma ameaça às estruturas convencionais entre os indivíduos, a qual Pierre Levý já estudava os futuros impactos que a digitalização social viria a causar. Chamado de cibercultura, entende-se que “as relações sociais, das produções artísticas, intelectuais e éticas dos seres humanos se articulam em redes interconectadas de computadores” (MARTINO, 2014, p. 28), chamadas de ciberespaço. Isso sugere que a internet não é apenas uma ferramenta tecnológica, mas um espaço fundamental onde a sociedade se organiza, cria e compartilha significados.

Nesse ciberespaço, cria-se um vínculo social entre diversas competências, ideias e conhecimentos, articulado na interação virtual entre os indivíduos. Caracterizado como “inteligência coletiva”, é nesse conceito que entendemos o ponto chave para o contexto digital da arena de debate: sob a expansão contínua, “as comunidades do ciberespaço constituem-se na troca constante de conhecimentos” (MARTINO, 2014, p. 33) e é nessa troca de conhecimentos que cada indivíduo é capaz de contribuir para o conjunto de saberes coletivo. Dessa forma, a concepção é de uma construção coletiva, onde cada indivíduo pode contribuir com elementos únicos, formando um acervo comum acessível a todos e

sujeito a evolução contínua. (MARTINO, 2014, p. 33). Essa abordagem reflete a perspectiva de colaboração e compartilhamento de conhecimento, característica de ambientes de aprendizagem e produção coletiva.

Pierre Lévy enfatiza a capacidade das redes digitais em potencializar a inteligência distribuída de grupos, permitindo que indivíduos contribuam com seus saberes de forma descentralizada. Nesse sentido, relacionando o conceito para o campo dos *media*, entende-se que eles desempenham o papel facilitador da interação coletiva e disseminação de informações da comunidade para a comunidade. Plataformas de comunicação digital, redes sociais e outros meios permitem a colaboração em grande escala, conectando pessoas e ampliando a inteligência coletiva para além das barreiras físicas.

Nesse sentido, é de relevância analisar os meios de comunicação tradicionais, como jornais, rádio e televisão, como espaços de debate não imediato. À vista disso, a Internet rompe com a barreira tempo-espacó consolidada por séculos para que a discussão ocorra no processo *just in time*, sob medida e, ainda, com a dinâmica de mão dupla ao qual a audiência passa a interagir mais com a informação e contribuindo para ela. É nesse contexto que é analisado um novo conceito de cultura que o âmbito digital foi pilar essencial para sua construção.

Em um cenário que requer uma ferramenta descentralizada e capaz de trazer velocidade à esfera pública, vem também a necessidade de participação da audiência. A transformação dos meios de comunicação para uma cultura participativa marca uma mudança significativa na maneira como as informações são criadas, compartilhadas e consumidas. Anteriormente, os meios de comunicação operavam em um modelo mais tradicional, onde a produção e a disseminação de conteúdo eram controladas por um grupo seletivo de profissionais. No entanto, a ascensão da cultura participativa representa uma transição para um ambiente em que o público não é apenas receptor passivo, mas também produtor ativo de conteúdo.

Essa mudança não apenas ampliou a diversidade de vozes na esfera pública, mas também redefiniu a relação entre emissores e receptores de informações, promovendo uma interação mais dinâmica e bidirecional. Plataformas digitais, redes sociais e ferramentas de criação permitiram que indivíduos contribuam com suas próprias perspectivas, histórias e criações. Jenkins (2022) explica que "a expressão cultura participativa contrasta com noções mais antigas sobre a passividade dos

espectadores dos meios de comunicação", onde os produtores e consumidores midiáticos deixam de existir em papéis segregados, "podemos agora considerá-los como participantes interagindo de acordo com um novo conjunto de regras, que nenhum de nós entende por completo".

Essa interação dinâmica foi capaz de desafiar as narrativas tradicionais e permitir que perspectivas antes marginalizadas ganhem visibilidade. A cultura participativa, ao empoderar o público como cocriador de conteúdo, influencia diretamente a construção da opinião pública, tornando-a descentralizada de plural em atores sociais.

Portanto, no contexto digital, a formação da opinião pública está ligada à dinâmica única proporcionada pela interconexão instantânea e global das plataformas online. A Esfera Pública, antes limitada a espaços físicos, assume uma nova configuração virtual, fluida e em constante movimento, conforme discutido por Di Felice (2017).

Em resumo, a esfera pública digital não se limita a replicar os modelos tradicionais, mas, ao contrário, transforma-se em um espaço dinâmico. As tecnologias digitais não apenas facilitam a disseminação de informações, mas também empoderam os indivíduos, permitindo-lhes moldar ativamente as narrativas que circulam na esfera pública, como analisado sob a ótica da cultura participativa (JENKINS, 2022).

3.1.1. PROPAGAÇÃO MIDIÁTICA: O CONCEITO DA MÍDIA VIRAL DIGITAL

As redes sociais redefiniram a forma como as pessoas interagem, compartilham informações e constroem conexões em todo o mundo. Surgindo como plataformas digitais que facilitam a comunicação e a interação virtual, elas ultrapassaram fronteiras geográficas e temporais, proporcionando um espaço onde indivíduos podem se conectar instantaneamente, compartilhar suas experiências, interesses e opiniões.

Desde a sua ascensão, essas plataformas têm se tornado não apenas instrumentos de comunicação, mas também catalisadores de mudanças sociais, moldando a maneira como consumimos informações, nos engajamos em discussões e construímos identidades digitais.

A propagação de informações por meio de redes sociais e dispositivos conectados à Internet é relativamente recente. Nos anos 1990, Castells (1996) já abordava a transformação social da interconexão global possibilitada pela tecnologia da informação, a reciprocidade comunicativa, e descrevia a "sociedade interativa" como um fenômeno que ampliava as redes de associações, os espaços de fluxo e a formação de comunidades virtuais.

A interconexão global propiciada pelas redes de comunicação, conforme descrito por Castells (1996), não apenas transformou a maneira como nos relacionamos, mas também alterou profundamente a disseminação de informações. Nesse contexto, a mídia propagável emerge como uma expressão tangível da interatividade social, destacando a capacidade rápida e abrangente de certas formas de mídia em se espalhar através das redes.

Em *Cultura da convergência*, Jenkins (2022) examina como a convergência midiática afeta a produção, distribuição e consumo de conteúdo. Ele destaca o papel fundamental dos usuários como participantes ativos na criação e disseminação de conteúdo, desafiando as noções tradicionais de audiência passiva. Nesse sentido, por meio de plataformas digitais e tecnologias interativas, os usuários tornam-se participantes ativos na produção de significado e na formação da cultura. Essa abordagem desafia as noções tradicionais de audiência passiva, destacando como a convergência midiática redefine as dinâmicas de poder na produção e circulação de conteúdo. Com essa premissa, Martino (2014) observa,

Uma das premissas mais importantes do conceito de Cultura da Convergência diz respeito à possibilidade de cada indivíduo ser potencialmente um produtor de mensagens. Neste ponto, o fato das tecnologias digitais estarem presentes no cotidiano facilita o trabalho de criação (ou recriação) por indivíduos fora do circuito da indústria cultural. (MARTINO, 2014, p. 39)

Nesse sentido, a presença generalizada das tecnologias digitais no cotidiano desempenha um papel crucial nesse cenário. Com a acessibilidade a dispositivos digitais, ferramentas de criação e plataformas de distribuição online, os indivíduos têm a capacidade de criar, ou ressignificar conteúdos de maneiras que antes eram restritas às instituições de mídia tradicionais.

A mídia propagável se beneficia significativamente desse ambiente convergente. O espaço digital proporciona um terreno fértil para a disseminação rápida de informações e conteúdos, desafiando as fronteiras tradicionais da

comunicação. A viralidade e o compartilhamento tornam-se características interligadas ao conceito de convergência abordado por Jenkins (2022). Em Cultura da conexão, Jenkins, Ford e Green (2014) definem a “propagabilidade” como os “recursos técnicos que tornam mais fácil a circulação de algum tipo de conteúdo” (p. 26).

Para os autores, ainda, aquilo que não se propaga, cai no esquecimento do público. Isso significa que, no contexto digital, a capacidade de uma mensagem se propagar torna-se crucial para sua relevância e permanência. Se uma mensagem não consegue se integrar a esse ambiente e não é capaz de ser propagada através de redes sociais, compartilhamento online ou outras formas de interação digital, ela corre o risco de morrer.

Considerando essa reflexão, a participação da audiência se torna fundamental para o processo de viralidade de conteúdos. Sob uma definição de “cultura ligada em rede” (JENKINS, FORD e GREEN, 2014, p. 36), no entanto, entende-se que notícias com narrativas geram conversas muito tempo antes das redes. Porém, “o que aconteceu num mundo pré-digital ocorre agora num escopo e numa velocidade exponencialmente maiores” (JENKINS, FORD e GREEN, 2014, p. 36). Um usuário comum da Internet é inundado diariamente por uma série de notícias, porém, escolhe apenas algumas delas para compartilhar. Para os autores, essa seleção de dados está conectada ao desejo de participação e colaboração em conversas com seus ciclos sociais, como amigos e familiares (JENKINS, FORD e GREEN, 2014, p. 36).

Assim, o cenário moldado pelas redes sociais e pela convergência midiática redefine não apenas a produção e disseminação de conteúdo, mas também a participação da audiência. O desenvolvimento da cultura da convergência, conforme explorado por Jenkins, destaca a importância dos usuários como agentes ativos na criação e disseminação de mensagens.

Além disso, não seria incorreto reconhecer que, atualmente, a viralização desempenha um papel significativo na validação e visibilidade de informações, especialmente no contexto midiático. A dinâmica da sociedade conectada e a rápida propagação de notícias por meio das redes moldam a percepção da relevância de determinados temas. Em um ambiente saturado de conteúdo digital, a capacidade de uma notícia se tornar viral não apenas amplifica seu alcance, mas também influencia diretamente a percepção pública sobre sua importância.

Em um mundo onde as audiências são inundadas diariamente com diversas informações, a “propagabilidade” torna-se um marcador crucial de impacto e relevância midiática. Isso significa que ela não é apenas uma medida de popularidade, mas um fenômeno que molda a própria percepção da realidade, influenciando o que é considerado digno de atenção.

4. A MIDIATIZAÇÃO DE UM CRIME: A MULHER DA CASA ABANDONADA

Após a apresentação dos conceitos relevantes a respeito do processo que os *media* influenciam na percepção da audiência, bem como a forma que os meios de comunicação enxergam e noticiam a violência, entraremos no objeto de estudo: o *podcast* “A Mulher da Casa Abandonada”.

Antes, no entanto, deve-se entender o conceito de *podcast*. A palavra surgiu da união de “*Pod*”, de iPod⁷, e “*cast*”, da palavra *broadcast*, que significa “transmissão”. Sua origem veio do ex-VJ da MTV Adam Curry e do desenvolvedor Dave Winner, que criaram em 2004 o programa “*Ipodder*”, permitindo aos usuários o download automático de transmissões da internet para os *iPods* (FALCÃO e TEMER, 2019, p. 2).

Apesar de uma variedade de conceitos e definições, podemos definir o *podcast* como uma forma de mídia digital voltada para o registro, difusão e compartilhamento de informações sonoras sob demanda (PINHO, MESQUITA e CARREIRO, 2022).

No Brasil, os *podcasts* surgiram no mesmo ano da criação de seu conceito, com pioneiros como Digital Minds, Perhappiness e Código Livre. Porém o crescimento dessa nova mídia veio em 2008 da forma que a conhecemos hoje, quando a categoria de melhor *podcast* foi incluída no até então maior prêmio brasileiro voltado para a Internet, o iBest (LUIZ e ASSIS, 2010).

Atualmente no cenário nacional, contamos com diversos *podcasts* com uma série de assuntos de interesse dos seus públicos, como o Nerdcast⁸, programa sobre tecnologia, jogos e assuntos gerais, apresentado pelos criadores de conteúdo *geek* Jovem Nerd e Azaghah, Não Inviabilize⁹, sobre histórias enviadas pelos

⁷ Dispositivo lançado pela empresa de tecnologia Apple Inc. no início dos anos 2000. O iPod tinha como finalidade a reprodução de músicas.

⁸ <https://jovemnerd.com.br/nerdcast/>

⁹ <https://naoinviabilize.com.br>

ouvintes, apresentado pela produtora de conteúdo Déia Fernandes, e Podpah¹⁰, *podcast* no formato de mesa que em todo episódio entrevistam figuras públicas de diversos segmentos, apresentando por Igão e Mítico.

Sob esse contexto, surge então “A Mulher da Casa Abandonada”. O *podcast* narrativo da Folha de S. Paulo com narração do jornalista Chico Felitti, lançado em 2022 em todas as plataformas de reprodução.

4.1. A HISTÓRIA DO PODCAST “A MULHER DA CASA ABANDONADA”

A Mulher da Casa Abandonada é um *podcast* que investiga a história de vida de uma figura emblemática de umas das regiões mais ricas da cidade de São Paulo, o bairro Higienópolis, “um dos poucos bairros que um assalto ainda vira notícia de jornal” (FELITTI, 2022). O programa é dividido em sete episódios (“A Mulher”, “A Casa”, “Uma Rua em Silêncio”, “Uma Mulher e um Homem Livre”, “Outras Tantas Mulheres”, “Um Fim que Não É Bem um Fim” e “A Mulher da Casa Abandonada”¹¹) e narram a história de uma mulher moradora de uma mansão em ruínas que se apresenta como Mari. Porém, além de uma pessoa conhecida como a bruxa do bairro, suas excentricidades escondem sua real identidade. Mari é Margarida Bonetti, vinda de uma família da elite paulistana e procurada pela Justiça dos Estados Unidos sob a acusação de manter sua empregada a condições análogas a escravidão por cerca de 20 anos no país.

A narrativa se inicia com o encontro inicial entre a personagem principal e o jornalista, enquanto a mulher se envolve em uma discussão acalorada com uma vizinha sobre a remoção de uma árvore no bairro. Mari, como é apresentada, declara que a ação da prefeitura é ilegal, alegando ser parte de uma conspiração entre o Estado e as empresas responsáveis pela zeladoria da cidade. Segundo ela, isso ocorre para desviar fundos públicos, sob a justificativa de remover árvores que estão “evidentemente saudáveis”. Diante da tentativa frustrada de impedir o corte da árvore, Mari se aproxima de Chico Felitti, apresentador e idealizador do programa. Nesse momento, ele descobre, por meio da vizinha envolvida na discussão, que Mari é a moradora da casa mais destoante do bairro.

¹⁰ <https://www.instagram.com/podpah/>

¹¹ <https://open.spotify.com/show/0xyzsMcSzudBlen2Ki2dqV?si=609230b453f040a7>

Após esse encontro, Felitti descobre que a até então Mari, na verdade, se chama Margarida Bonetti e é procurada pelo FBI por explorar, junto com seu esposo Renê Bonetti, sua funcionária doméstica, Hilda Rosa dos Santos¹², há mais de 20 anos quando moravam nos Estados Unidos¹³. A partir da primeira descoberta, então, o jornalista inicia um trabalho de investigação do caso durante seis meses, incluindo visita à cidade onde o crime ocorreu e entrevistas com os envolvidos.

Durante a investigação, Felitti encontra detalhes do caso, como a empregada doméstica ter sido um presente do pai de Margarida Bonetti pela mudança do Brasil para os Estados Unidos em 1979 com seu marido e, após a chegada do casal e Hilda em um subúrbio de Washington, interromperam o pagamento de salário da funcionária brasileira e a mantiveram em cárcere privado por duas décadas. Renê foi sentenciado a seis anos de prisão e Margarida era procurada pela polícia americana por submeter uma pessoa a condições análogas a escravidão.

O jornalista, ainda, desvenda a narrativa do privilégio vivido por Margarida. Ela provém de uma das famílias mais proeminentes de São Paulo, sendo neta do barão de Bocaina, um influente comerciante do século XIX. Além disso, é filha do médico Geraldo Vicente de Azevedo, que já ocupou o cargo de chefe na Santa Casa de Misericórdia em São Paulo e foi pioneiro na realização da primeira videolaparoscopia, um procedimento cirúrgico abdominal minimamente invasivo, no Brasil.

Felitti, então, entrevista Vicky Schneider, vizinha que ajudou Hilda Rosa dos Santos a escapar e denunciar os maus-tratos sofridos pelo casal Bonetti. A mulher conta que Hilda confidenciou que os Bonetti confiscaram seu passaporte na chegada aos Estados Unidos, sofreu diversas agressões físicas, como socos e puxadas de cabelo, bem como tinha diversos problemas de saúde não tratados, pois seus patrões negavam atendimento médico. Vicky chegou a questionar Renê Bonetti sobre os cuidados com a funcionária, mas o engenheiro dizia que sua esposa, Margarida, já estava tratando do assunto.

Os maus-tratos estavam chegando ao fim em 1998, quando em abril o casal estava de férias no Brasil e a vizinha conseguiu então resgatar Hilda da casa de quatro quartos em Gaithersburg. “Primeiro eu entrei em contato com a igreja, com o

¹² Hilda teve sua identidade preservada pelo podcast, mas notícias da época divulgaram seu nome.

¹³ O jornalista fez essa descoberta ao encontrar a notícia publicada pela revista News Week: <https://www.newsweek.com/slaverys-new-face-156143>. Acesso em 18 de novembro de 2023

padre, e contei tudo o que estava acontecendo. Depois entrei em contato com uma advogada famosa da região, que ajudou a formular a denúncia para o FBI" relata Schneider no podcast (2022). Hilda conseguiu se esconder e, na volta dos Bonetti à cidade americana, notaram a ausência da funcionária na casa. Renê Bonetti ficou nos Estados Unidos e Margarida, aproveitando o velório de seu pai, em setembro de 1998 voltou para o Brasil e se tornou foragida pelo FBI.

Em 15 de agosto de 2000, o engenheiro eletrônico Renê Bonetti foi condenado a seis anos e meio de prisão sem direito à liberdade condicional e ao pagamento de US\$100 mil de multa ao Estado e o pagamento de 20 anos de salários devidos à vítima. Margarida nunca foi julgada pois o Brasil não expatria seus cidadãos nacionais para serem julgados em outros países. Isso significa que, mesmo sabendo onde Margarida vive, a mulher não pode ser presa e levada aos Estados Unidos. Seu marido, segundo Chico Felitti, atualmente ocupa o cargo de diretor na Northrop Grumman Corporation, empresa que presta serviços à NASA.

4.2. POLIFONIA DA NOTÍCIA: AS DIFERENTES VOZES DA FORMAÇÃO DE OPINIÃO SOBRE “A MULHER DA CASA ABANDONADA”

Nos anos 2000, o caso de narrado em “A Mulher da Casa Abandonada” ganhou destaque no Brasil com reportagens na televisão, como no programa dominical Fantástico, da TV Globo:

Figura 1 - Reportagem do Fantástico sobre o caso dos Bonetti



Fonte: g1, 2022¹⁴

¹⁴ Disponível em: <<https://tinyurl.com/4m334ywe>>. Acesso em 19 de novembro de 2023

Além disso, a Folha de São Paulo também dedicou cobertura jornalística ao caso, destacando a contribuição especial da jornalista Malu Gaspar. Ela conduziu uma entrevista com o condenado Renê Bonetti, na qual:

Bonetti diz que Hilda mais atrapalhava do que ajudava na casa, e acusou-a de roubar alguns objetos da família, mas sustentou que a doméstica e sua mulher, Margarida, tinham um bom relacionamento. Como prova, mostrou um coelho de pelúcia que teria sido dado pela empregada a Margarida dois meses antes de ela deixar a casa do casal, no final de 98. (GASPAR, 2000)

Adicionalmente, o caso dos Bonetti foi divulgado em jornais como o já citado Newsweek no artigo “A Cara Nova da Escravidão” (tradução nossa)¹⁵ e Washington Post.

Figura 2 - Reportagem publicada na época

Man Gets 6 Years for Enslaving Immigrant

By **Ruben Castaneda**
August 15, 2000

A Gaithersburg man who kept a Brazilian woman as a live-in slave for nearly 20 years--and did nothing to stop his wife from beating her--was sentenced yesterday in U.S. District Court in Greenbelt to 6 1/2 years in prison for violating immigration laws.

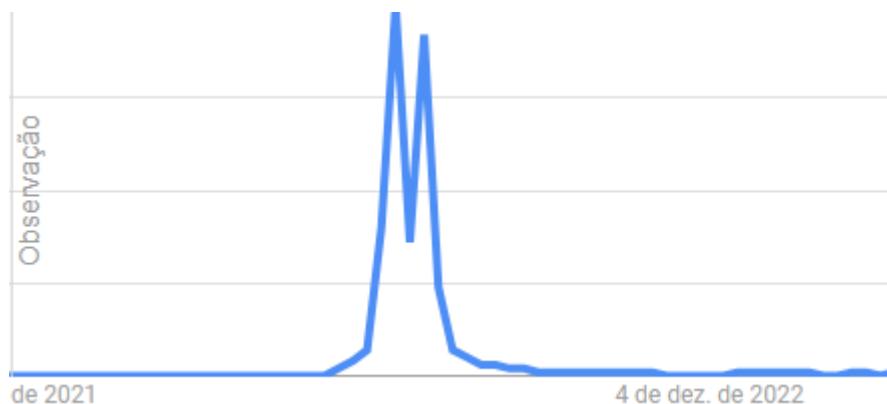
Fonte: Washington Post, 2000¹⁶

Após a investigação e subsequente condenação de Renê Bonetti no início do novo milênio, o caso experimentou um ressurgimento na mídia com o lançamento do *podcast* de Chico Felitti em 2022. O nome de Margarida Bonetti, por exemplo, registrou um pico de interesse, especialmente durante a divulgação de cada episódio do programa, conforme evidenciado na figura a seguir.

¹⁵ Disponível em <<https://www.newsweek.com/slaverys-new-face-156143>>. Acesso em 8 de novembro de 2023.

¹⁶ Disponível em <<https://tinyurl.com/3fw232dp>>. Acesso em 19 de novembro de 2023.

Figura 3 - Busca do termo “Margarida Bonetti” entre início de 2021 e final de 2022



Fonte: Google Trends, 2023

A narrativa apresentada no *podcast* resgatou o caso para a atenção midiática, proporcionando uma análise antropológica da elite brasileira e instigando a discussão sobre o processo jurídico que conduziu à condenação de apenas um dos Bonetti. Vale destacar, ainda, que a notoriedade alcançada pelo projeto de investigação de Chico Felitti teve desdobramentos, resultando na denúncia de outros casos. A relevância adquirida pelo tema nas redes sociais em 2022, por exemplo, refletiu-se em um aumento significativo de 123% nas denúncias de trabalho doméstico análogo à escravidão, conforme registrado pelo Ministério Público do Trabalho. Nesse levantamento, divulgado pela Folha de São Paulo, “a média mensal passou de 7 para 16 denúncias após o dia 8 de junho” (BETTONI, 2022), data de lançamento do programa.

Apesar desse resultado positivo, o aspecto mais notável reside na opinião da comunidade, que, por meio do uso das redes sociais, pode acessar e ponderar diversos pontos de vista. Evidentemente, o caso de “A Mulher da Casa Abandonada” é um assunto que envolveu violência contra a mulher que prestava serviços ao casal e, neste cenário, é mais suscetível a ser um assunto de repercussão e discussão na esfera digital. Este tema apresenta a característica propagável, envolvendo diretamente a ampliação da narrativa por meio da participação dos receptores da mensagem. Sob a perspectiva da cibercultura, a discussão, especialmente além do âmbito do *podcast*, expandiu-se pelas comunidades digitais impactadas por ela.

No entanto, a repercussão do *podcast* revelou, ou destacou, a pluralidade de reações que podemos ter sobre um assunto. Ao retomar o conceito de opinião pública no contexto digital, a ideia é que as novas formas de comunicação aceleraram a propagação de informações e permitiram a incorporação de novos autores e atores sociais na construção da notícia. Em entrevista para o portal Terra¹⁷ Magaly Parreira do Prado (2022) destaca que as redes sociais abrigam uma ampla gama de vozes, desde aquelas fundamentadas em informações equivocadas até aquelas baseadas em experiências pessoais. Adicionalmente, ela menciona que sutilmente absorvemos essa "realidade aumentada", resultado da disseminação de conteúdo nas redes sociais.

Por um lado, "A Mulher da Casa Abandonada" provocou reações intensas e espetacularizadas em uma parte do público. Consumidores do gênero literário *True Crime*¹⁸ interpretaram o *podcast* como uma forma de entretenimento, com a participação, inclusive, do TikTok para transformar o programa em um fenômeno. Durante o auge da investigação, em junho de 2022, dezenas de pessoas passaram pela casa de Margarida Bonetti na tentativa de avistá-la e criar conteúdos sobre suas visitas.

Figura 4 - Tiktokers fazem vídeos visitando a casa de Margarida Bonetti



Fonte: Compilação do autor¹⁹

¹⁷ Disponível em: <terra.com.br/byte/a-mulher-da-casa-abandonada-entenda-como-tiktok-foi-essencial-para-fenomeno-dd5f432b4c2d99d8cd1b390ab40aef1c7ltahyj.html> Acesso em 20 de novembro de 2023.

¹⁸ Gênero literário, de podcast e cinematográfico de não-ficção, no qual o autor examina um crime real e detalha as ações de pessoas reais.

¹⁹ Capturas de tela partir de vídeos coletados na plataforma TikTok via tiktok.com

O papel das redes sociais, especialmente do *TikTok*, na transformação da investigação em um fenômeno midiático é notável. Conforme observado por Chico Felitti, criador do *podcast*, "na terceira semana de divulgação do podcast, houve uma explosão completamente inesperada, que eu atribuo ao *TikTok* e outras redes sociais" (FELITTI, 2022, apud FONTES 2022). Além disso, o próprio jornalista ressalta que "a juventude descobriu essa história e começou a criar vídeos na frente da casa" (FELITTI, 2022, apud FONTES 2022). Este fenômeno destaca não apenas a ampla difusão da narrativa por meio dessas plataformas, mas também a capacidade de engajamento do público jovem, que utiliza essas redes para criar e compartilhar conteúdo relacionado ao caso. Assim, as redes sociais desempenham um papel significativo na amplificação e na disseminação da investigação, evidenciando a dinâmica dessas plataformas na atualidade.

Nesse cenário, não seria incorreto afirmar que "A Mulher da Casa Abandonada" efetivamente se tornou um conteúdo "viral" ou propagável, conforme a preferência de Ford, Green e Jenkins (2014). Este conteúdo, em meio a milhares de outros, capturou o interesse de indivíduos que o disseminaram para audiências subsequentes, culminando em um alcance que ultrapassou não apenas uma pequena fração de internautas, mas também atingiu o ápice do processo de espetacularização.

Com a participação ativa do internauta comum, percebe-se no conceito da cultura participativa o papel fundamental da audiência na construção popular do programa. Sem a contribuição da comunidade digital, a repercussão do caso, que denuncia Bonetti por exploração de Hilda Rosa dos Santos, não seria clara ou inegavelmente próxima ao que foi observado no contexto atual. Essa ampliação participativa, além disso, só é possível pela característica que configura a esfera pública digital, que permite o espaço de debate democrático e polifônico sobre os diversos assuntos. Medeiros e Lôrdelo (2012), analisam o espaço das novas mídias como uma transformação na formação de opiniões:

Seja no que diz respeito à circulação de opiniões ou de informações, as novas mídias aparecem como espaços potenciais de democratização da comunicação, uma vez que, com a liberação da emissão, permitem o acesso de novos agentes tanto à esfera da visibilidade pública quanto à esfera do debate público, que estão intrinsecamente conectadas. Essa maior pluralidade faz com que mais visões de mundo circulem nas

sociedades, diminuindo a concentração do poder de influência que os meios de comunicação de massa historicamente tiveram sobre a opinião pública (MEDEIROS e LÔRDELO, 2012, p. 45, apud ROXO, 2016, p. 2)

A natureza descentralizada e acessível das novas mídias criou oportunidades para comunidades online poderem compartilhar suas perspectivas e influenciar o discurso público de maneiras antes inimagináveis. Essa descentralização da comunicação contribuiu para a formação de uma esfera pública com uma maior quantidade de atores sociais e retirando todo o poder dos veículos de massa e convencionais.

Sob uma perspectiva analítica do conteúdo disseminado nas redes sociais, surge uma dinâmica cultural que busca contribuir para a disseminação de informações, gerando um ambiente que, de certa forma, adquire um adorno teatral em torno do assunto. Isso é evidenciado após o lançamento do *podcast* em junho de 2022, quando a casa de Margarida Bonetti passou a atrair olhares curiosos de transeuntes, transformando-se em um ponto turístico para aqueles que acompanhavam o caso. A situação é, inclusive, tema de reportagem feita pelo portal Terra em julho do mesmo ano:

Figura 5 - Casa de Margarida Bonetti se torna ponto turístico

Gritos, selfies e até drone: casa abandonada vira atração em São Paulo

Endereço em bairro de classe alta na capital paulista virou ponto turístico após repercussão de podcast sobre moradora do imóvel abandonado

 Mateus Figueiredo
7 jul 2022 - 18h32 (atualizado às 19h06) [Compartilhar](#)  [Exibir comentários](#)

Fonte: Terra²⁰

A casa de Margarida Bonetti, ao tornar-se um local de visitação, reflete a interseção entre o conteúdo apresentado nas redes sociais e o impacto tangível na esfera cultural, onde a fronteira entre informação e espetáculo se torna permeável. Esse fenômeno destaca a influência significativa das plataformas digitais na construção da narrativa pública e na moldagem das percepções culturais em torno de acontecimentos específicos.

²⁰ Disponível em <<https://tinyurl.com/5n8u7bea>>. Acesso em 20 de novembro de 2023

Também, a convergência cultural, como manifestada neste contexto, propicia uma experiência narrativa integrada que ultrapassa as fronteiras tradicionais da mídia. A ressonância do fenômeno na esfera pública, tanto digital quanto física, destaca a capacidade da narrativa se disseminar e sobreviver em diferentes ambientes comunicativos. Este fenômeno transmídiático, ao estender-se para além do meio original, evidencia a complexidade das interações entre o ciberespaço e o espaço material, delineando a influência da cultura da convergência na configuração das dinâmicas midiáticas contemporâneas, que neste caso se apresentou com a transformação da casa abandonada de Margarida Bonetti em um símbolo que representa aquela história.

Adicionalmente, é importante destacar a significativa participação da mídia convencional de massa no desenrolar do caso de Margarida Bonetti. Com direito a, inclusive, transmissão de entrada da polícia na casa, o programa Brasil Urgente da Rede Bandeirantes transmitiu, ao vivo, os desdobramentos do caso investigado pelo podcast “A Mulher da Casa Abandonada”. Ressalta-se aqui que a cobertura do caso pelo âncora José Luiz Datena concedeu ao canal um pico de 4,8 pontos no IBOPE, ultrapassando a audiência das novelas que passam durante a transmissão do jornal²¹.

Figura 6 - Cobertura do caso de Margarida Bonetti pelo programa Brasil Urgente



Fonte: O Antagonista, 2022²²

Neste cenário, retomamos a relação entre mídia e violência. Entende-se que a mídia é uma técnica política de linguagem potencializadora (SODRÉ, 2002, apud

²¹ NERY, Erick Matheus; ALONSO, André. Com mulher da casa abandonada, Datena tem mais audiência do que novelas. **Notícia da TV**. [S. I.], 20 jul. 2022. Disponível em: <<https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/audiencias/com-mulher-da-casa-abandonada-datena-tem-mais-audiencia-do-que-novelas-85399>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

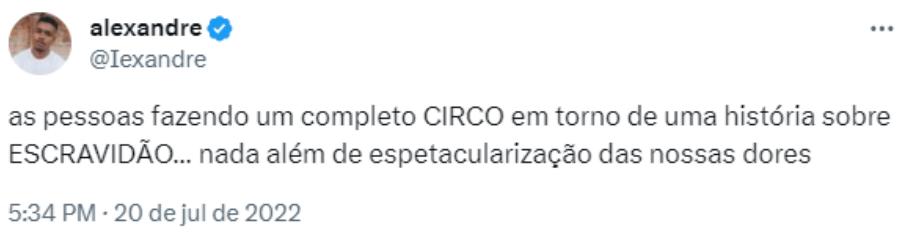
²² Disponível em: <<https://oantagonista.com.br/entretenimento/mulher-da-casa-abandonada-turbina-audiencia-de-daten/a/>>. Acesso em 20 de novembro de 2023

CASAGRANDE e PERUZZOLO, 2012). Também, que a exploração da violência não é algo recente. Ainda, é necessária a reflexão de que forma a mídia aborda o assunto. A linguagem midiática sobre o tema pode influenciar e interferir em realidades sociais.

Contudo, de maneira distinta ao que era antes do processo de digitalização, a mídia tida como tradicional perdeu parte do impacto que possuía, como única emissora das mensagens. O *podcast* surgiu na Internet e, apesar de ser um original da centenária Folha de São Paulo, a popularização do programa não foi dada pelo poder influenciador do jornal, mas pela propagação dos ouvintes e a participação dos consumidores como complementadores convergentes da narrativa. Assim, podemos considerar que o principal ator para a disseminação do programa foi o próprio receptor da mensagem, como classificado nas teorias tradicionais de comunicação.

Apesar de uma parcela da audiência ter se inclinado a encarar o conteúdo como entretenimento, é dentro desse cenário que surgiu uma discussão sobre a espetacularização do tema. Dentro desse grupo de espectadores que percebem o conteúdo como uma forma de entretenimento, desenvolveu-se um diálogo essencial sobre a natureza espetacularizada construída em torno do assunto.

Figura 7 - Publicação sobre a espetacularização do caso de Margarida Bonetti



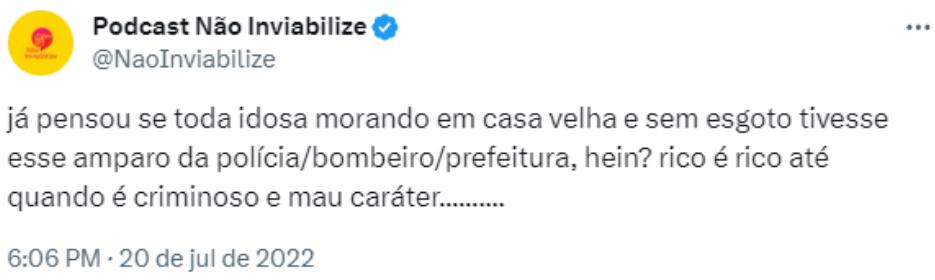
Fonte: X, 2022²³

Além da repercussão negativa sob o prisma do entretenimento, a discussão desencadeada nas redes sociais ampliou-se para abordar a relação entre impunidade e estratificação social. A crítica não se limitou à esfera individual, mas estendeu-se a uma reflexão mais ampla sobre as disparidades sociais e como elas podem se refletir no amparo que o Estado ofereceu a ela. A narrativa em torno de

²³ Disponível em: <https://x.com/lexandre/status/1549855279772229636?s=20>. Acesso em 23 de novembro de 2023.

Margarida Bonetti serviu como catalisador para uma reflexão mais profunda sobre a interseção entre privilégio social e responsabilidade legal.

Figura 8 - Usuário do X reflete sobre o tratamento dado para Margarida Bonetti



Fonte: X, 2022²⁴

A diversidade de opiniões nas redes sociais é uma característica marcante da era digital, proporcionando uma plataforma ampla para a expressão individual e a troca de ideias. Nesses espaços virtuais, pessoas de diversas origens, culturas e perspectivas convergem, contribuindo para um cenário multifacetado de opiniões. A discussão virtual oferece uma plataforma onde indivíduos podem divergir e apresentar perspectivas distintas em relação às visões predominantes ou estabelecidas por figuras públicas. (BARROS e CARREIRO, 2015). Em artigo sobre pluralidade de opiniões nas redes sociais, Lee et. al. (2014) abordam que os usuários das redes sociais, apesar de uma evidente influência dos algoritmos para a construção de bolhas, são também capazes de serem expostos para pontos de vista diferentes. No artigo *“Social Media, Network Heterogeneity, and Opinion Polarization”*, Lee et. al. (2014) discutem sobre a diversidade de perspectivas nas redes sociais.

Como subespaço da Internet, os SNSs²⁵ partilham características estruturais que reforçam o encontro de perspectivas diversas. Além disso, as características estruturais e as diversas motivações individuais trabalham em conjunto para conduzir os utilizadores do SNS a um espaço em rede onde ocorrem atividades políticas e apolíticas. Estas características são, subsequentemente, susceptíveis de facilitar a exposição das pessoas a informações que não são necessariamente consistentes com o seu sistema de crenças existente. (LEE et. al., 2014, p. 4, tradução nossa)

²⁴ Disponível em: <https://x.com/NaoInviabilize/status/1549863443544563712?s=20>. Acesso em 23 de novembro de 2023.

²⁵ Social Networks Service, ou serviços de redes sociais.

As redes sociais, com sua característica estrutural que propicia um amplo espaço de discussão, configuram ambientes dinâmicos e interativos. Essa peculiaridade estrutural, aliada às diversas motivações individuais, direciona os usuários para um espaço virtual interconectado, onde uma multiplicidade de atividades ocorre, cada uma impulsionada por propósitos e razões distintos. Esses espaços digitais, ao abrigarem uma diversidade de vozes e intenções, tornam-se cenários propícios para debates, compartilhamento de informações e interações sociais.

No entanto, é necessário destacar que dentre a pluralidade oferecida pelos sistemas sociais digitais, há também parte de conjunto a visão espetacularizada dos assuntos propagados pela audiência. Uma investigação que propõe o ressurgimento do caso de Margarida Bonetti na mídia em forma de denúncia pode deliberadamente se tornar um produto da indústria cultural e reduzido a apenas uma parte do entretenimento rotineiro. Nesse contexto, a busca por uma posição de destaque no ecossistema midiático frequentemente se manifesta através da espetacularização (AZEVEDO, 2021). Assuntos que devem ser debatidos sob um ponto de vista racional, podem e serão levados por certos grupos a um reducionismo semiótico. A prevalência da banalização discursiva e da disseminação de informações incorretas suplantam a racionalidade e os argumentos em uma agenda pública que deveria ser caracterizada pela discussão de propostas políticas e questões fundamentais de um contexto temático.

Esse processo transforma questões completas em reduções irônicas ou cômicas de situações, carregando uma informação essencial desvinculada de racionalizações ou contextualizações, mas plena de estereótipos que são facilmente decodificados e absorvidos pelos receptores (AZEVEDO, 2021. p. 13).

Entende-se, portanto, que o caso "A Mulher da Casa Abandonada" despertou a atenção pública ao longo das décadas, desde sua exposição nos anos 2000 até o ressurgimento em 2022. O ápice desse fenômeno de espetacularização nas redes sociais, transformou a casa de Margarida Bonetti em ponto turístico, e mostra que a participação ativa da comunidade online reflete a essência da cibercultura, evidenciando a capacidade das pessoas em contribuir para a construção da narrativa.

Contudo, a diversidade de opiniões nas redes sociais também destaca os desafios de manter um debate racional, correndo-se o risco de simplificar e ironizar situações sérias. Em meio a este cenário complexo, é essencial considerar a responsabilidade coletiva na disseminação de informações, evitando a distorção da realidade e a banalização de questões importantes. O caso de Margarida Bonetti, ao provocar reflexões sobre impunidade e estratificação social, revela não apenas o potencial transformador das redes sociais na construção de narrativas, mas também a necessidade de uma abordagem cuidadosa para garantir a integridade do debate público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como propósito a análise da violência como um tema explorado pela mídia, buscando uma compreensão da maneira como sua abordagem é disseminada nos meios de comunicação. No âmbito da comunicacional, buscou-se identificar as nuances e características que permeiam a narrativa midiática acerca da violência, com especial ênfase na forma como é apresentada ao público.

Destacadamente, a pesquisa abordou a percepção da audiência em relação ao tema, inserindo esse contexto no cenário da opinião pública em uma sociedade cada vez mais digitalizada e interconectada. Explorando a análise do *podcast* "A Mulher da Casa Abandonada" da Folha de São Paulo, procurou-se desvelar as estratégias e abordagens comunicativas adotadas pela mídia para contextualizar e apresentar a violência.

Foi examinado como as plataformas digitais e a conectividade influenciam a forma como a audiência assimila e reage às informações relacionadas à violência veiculadas pelo *podcast* em questão. Essa análise permitiu uma compreensão mais abrangente das dinâmicas contemporâneas de consumo de informações sobre violência, considerando o impacto das tecnologias digitais na construção das percepções públicas.

Ao refletirmos esta narrativa, constata-se que, embora a violência seja inherentemente indesejável em sua essência, ela se configura como um campo explorado pela mídia em virtude de sua capacidade de atrair a atenção da audiência. Este fenômeno se evidencia pela produção impactante comunicacional que, de maneira imediata, captura o interesse das pessoas. Tal estratégia revela-se como um mecanismo eficaz para ampliar a visibilidade dos meios que a disseminam.

Embora a sociedade desprove a violência em sua natureza, ela é paradoxalmente utilizada como uma ferramenta para atender aos imperativos econômicos e de audiência no setor midiático. Este tensionamento entre os princípios éticos e as demandas pragmáticas ressalta a necessidade de uma abordagem crítica e reflexiva sobre a responsabilidade da mídia na configuração da narrativa em torno de temas sensíveis como a violência.

Neste cenário, o conceito da midiatização no contexto do ato comunicativo da violência foi tratado como um processo conectado à modernização social, o qual não apenas reflete mudanças nesse campo, mas influencia a reconfiguração dos atores sociais envolvidos.

Em um cenário no qual os padrões de consumo foram modificados, como dos jornais impressos para suas versões on-line, percebe-se a adaptação da opinião pública a um paradigma associado à alta modernidade e implica em uma participação coletiva mais expressiva na disseminação de conteúdo.

Nesse contexto, o conceito de cultura participativa ingressa como um elemento crucial. A intensificação da participação dos usuários não se restringe mais ao recebimento passivo de informações; ao contrário, as pessoas passam a desempenhar um papel ativo na amplificação de determinados temas. Esse fenômeno evidencia não apenas uma mudança nos canais de comunicação, mas também uma transformação na dinâmica de poder, onde o público não é mais meramente receptor, mas também coautor na construção e disseminação de conteúdo.

Sob essa perspectiva, o processo comunicativo do *podcast* “A Mulher da Casa Abandonada” permitiu ao programa atrair um público convergente; o interesse pelo assunto ultrapassou as fronteiras digitais e alcançou a esfera pública física, ao qual refletiu em situações como entrada da polícia na residência de Margarida Bonetti, visitas frequentes de curiosos e a participação de outros atores dentro desse cenário. Este exame revelou não apenas a eficácia do podcast em engajar seu público-alvo, mas também os desdobramentos tangíveis desse engajamento no espaço físico e social. A incursão policial e a presença constante de espectadores destacaram a penetração significativa do podcast na esfera pública, delineando um cenário em que a convergência de mídia digital e interação social se traduz em eventos concretos.

No contexto da formação da opinião pública no ambiente digital, há uma expressiva pluralidade de reações em relação a diversos temas, utilizando o *podcast* como objeto de análise neste estudo. Ao refletir sobre o cenário opinativo em décadas anteriores, é perceptível a predominância da opinião de uma parcela específica da comunidade. Porém, ao trazermos esse panorama para a contemporaneidade, caracterizado por uma participação mais ativa dos usuários, é evidente a presença de diversas perspectivas e comunidades distintas, formadas a

partir da identificação entre os usuários. Este fenômeno reflete não apenas uma mudança na dinâmica opinativa, mas também uma ampliação significativa da diversidade de vozes e pontos de vista que agora permeiam o espaço digital.

Em análise abrangente, a interseção entre a mídia, a violência e a participação pública nos dias de hoje delineiam um panorama complexo e multifacetado com muito a ser explorado. Ao examinar o *podcast* "A Mulher da Casa Abandonada" e sua capacidade de transcender os limites digitais para influenciar a esfera pública física, torna-se claro que a mídia contemporânea não apenas molda, mas é moldada pelas interações sociais e pelas expectativas do público. No entanto, o impacto não se limita à disseminação de informações, mas estende-se ao modo como a sociedade percebe e reage à violência apresentada.

Nesse sentido, é necessário refletir sobre a responsabilidade ética da mídia na construção dessas narrativas, considerando o papel crucial que desempenha na formação da opinião pública. A participação ativa dos usuários, como evidenciado no contexto do *podcast* analisado, reforça a importância de uma abordagem reflexiva e crítica, pois a diversidade de perspectivas que emerge nesse cenário digital demanda uma consideração cuidadosa das implicações éticas e sociais que permeiam a interseção entre mídia e violência na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRE. **As pessoas fazendo um completo CIRCO em torno de uma história sobre ESCRAVIDÃO...** [...]. 20 jul. 2022. X: @lexandre. Disponível em <<https://x.com/lexandre/status/1549855279772229636?s=20>>. Acesso em 23 nov. 2023.

AZEVEDO, Aryvaldo de Castro. As aparências enganam: heurísticas, estereótipos e espetacularização no processo de visibilidade midiática. In: **Liinc Em Revista**, v.17, n.1 (2021). Disponível em <<https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5648>>. Acesso em 24 nov. 2023.

BARROS, Samuel; CARREIRO, Rodrigo. A discussão pública e as redes sociais online: o comentário de notícias no Facebook. **Revista Fronteiras**, Rio de Janeiro, v. 17, ed. 2, p. 174-85, 2014. DOI <https://doi.org/10.4013/fem.2015.172.05>. Disponível em: <<https://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2015.172.05>>. Acesso em: 21 nov. 2023.

BORBA, Mário Pereira; BALDISSERA, Rudimar. Das Mídias à Midiatização: Reflexões Sobre Opinião Pública. **III ABRAPCORP 2009**, [s. l.], 2009. Disponível em: <https://www.abrapcorp2.org.br/anais2009/pdf/IC_Borba.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2023.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2. ed. Tradução Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRAGA , José Luiz. Sobre "mediatização" como processo interacional de referência. **ANAIS DO 15º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS**, Bauru, 2006. Disponível em: <<https://proceedings.science/compos/compos-2006/trabalhos/sobre-mediatizacao-como-processo-interacional-de-referencia?lang=pt-br>>. Acesso em: 9 nov. 2023.

CAIXETA, Heloisa. Mãe descobre morte da filha ao vivo no Cidade Alerta e desmaia. **Metrópoles**, 2020. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/colunas/pipocando/mae-descobre-morte-da-filha-ao-vivo-no-cidade-alerta-e-desmaia>>. Acesso em: 2 nov. 2023.

CASAROLI, L., & Peruzzolo, A. C. (2008). A força da comunicação na sociedade midiática. **Comunicologia - Revista De Comunicação Da Universidade**

Católica De Brasília, 1(1), 64-78. Disponível em: <<https://doi.org/10.31501/comunicologia.v1i1.864>>. Acesso em 4 de nov. de 2023.

CASTANEDA, Ruben. Man Gets 6 Years for Enslaving Immigrant. The Washington Post, Washington DC, 15 ago. 2000. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/archive/local/2000/08/15/man-gets-6-years-for-enslaving-immigrant/c5d293bd-dbf5-4067-af8a-17689aa99d53/>>. Acesso em: 13 nov. 2023.

COLEMAN, Renita et al. Agenda Setting. In: JORGENSEN, Karin Wahl; HANITZSCH, Thomas. **The handbook of journalism studies**. New York: Taylor & Francis, 2009. cap. 11, p. 147-160. ISBN 0-203-87768-3. Disponível em: <<https://centreforjournalism.co.uk/sites/default/files/richardpendry/Handbook%20of%20Journalism%20Studies.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2023.

COULDREY, Nick; HEPP, Andreas. Conceptualizing Mediatization: Contexts, Traditions, Arguments. **Communication Theory**, [s. l.], v. 23, ed. 3, p. 191-202, 2013. DOI <https://doi.org/10.1111/comt.12019>. Disponível em: <https://academic.oup.com/ct/article-abstract/23/3/191/4085697?redirectedFrom=full_text&login=false>. Acesso em: 16 nov. 2023.

DAHLBERG, L. L.; KRUG, E. G.. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 11, p. 1163–1178, 2006.

DI FELICE, Massimo. **Net-ativismo**: Da ação social para o ato conectivo. 1. ed. São Paulo: Paulus Editora, 2017. 288 p. ISBN 978-85-349-4574-5.

FANTÁSTICO. Fantástico mostrou, em 2000, a casa onde Margarida Bonetti vivia com empregada brasileira nos EUA; reveja vídeo: O Fantástico conseguiu localizar nos Estados Unidos vizinhos que moravam bem próximos à casa de Margarida Bonetti. Eles contaram como a empregada era tratada na casa.. **Fantástico**, Rio de Janeiro, p. 1-1, 26 jul. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2022/07/26/fantastico-mostrou-em-2000-na-casa-onde-margarida-bonetti-vivia-com-empregada-brasileira-nos-eua-reveja-video.ghml>>. Acesso em: 16 nov. 2023.

FELITTI, Chico. **A Mulher da Casa Abandonada**. São Paulo: Folha de São Paulo, 2022. Disponível em: <<https://open.spotify.com/show/0xyzsMcSzudBlen2Ki2dqV?si=4490d13aff304c4b>>. Acesso em: 2 out. 2023.

FIGUEIREDO, Mateus. Gritos, selfies e até drone: casa abandonada vira atração em São Paulo: Endereço em bairro de classe alta na capital paulista virou ponto turístico após repercussão de podcast sobre moradora do imóvel abandonado. **Terra**, São Paulo, p. 0-1, 7 jul. 2022. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5n8u7bea>>. Acesso em: 21 nov. 2023.

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e punir**: Nascimento da prisão. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1987. 288 p. ISBN 85.326.0508-7

FORD, Sam; GREEN, Joshua; JENKINS, Henry. **Cultura da conexão**: Criando valor e significado por meio da mídia propagávek. 1. ed. São Paulo: Aleph, 2014. 403 p. ISBN 978-85-7657-162-9

FREIRE, S. de M.; DE CARVALHO, A. de S. Midiatização da violência: os labirintos da construção do consenso. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), [S. I.], v. 7, n. 1, p. 151–164, 2008. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/3944>>. Acesso em: 26 nov. 2023.

GASPAR, Malu. **"Elá era da família", diz Bonetti**. São Paulo: Folha de São Paulo, 2000. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1102200011.htm>>. Acesso em: 22 nov. 2023.

_____. **Júri condena brasileiro por escravidão**: Engenheiro é acusado de manter empregada como escrava nos Estados Unidos; pena será definida em maio. São Paulo: Folha de São Paulo, 2000. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1102200010.htm>>. Acesso em: 22 nov. 2023.

GONRING, Denise ; HOFMANN, Yasmine. Mídia e violência: retratos de uma comunicação desigual da igualdade. In: [s.l.: s.n.], 2010. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2010/resumos/R19-1160-1.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2023.

GONRING, Denise ; HOFMANN, Yasmine. Mídia e violência: retratos de uma comunicação desigual da igualdade. In: [s.l.: s.n.], 2010. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2010/resumos/R19-1160-1.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2023.

HABERMAS, Jügen. **Mudança estrutural da esfera pública**: Investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014. 564 p. ISBN 978-85-393-0513-1.

HEPP, A. As configurações comunicativas de mundos midiatisados: pesquisa da midiatisação na era da “mediação de tudo”. **MATRIZes**, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 45-64, 2014. DOI: 10.11606/issn.1982-8160.v8i1p45-64. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/82930>>. Acesso em: 18 nov. 2023.

HJARVARD, S. Midiatisação: conceituando a mudança social e cultural. **MATRIZes**, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 21-44, 2014. DOI: 10.11606/issn.1982-8160.v8i1p21-44. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/82929>>. Acesso em: 5 nov. 2023.

JENKINS, Henry; FORD, Sam; GREEN, Joshua. **Cultura da conexão**: criando valor e significado por meio da mídia propagável. Aleph, 2015.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. 3. ed. São Paulo: Aleph, 2022. 432 p. ISBN 978-65-86064-84-1.

LEE, Jae Kook et al. Social Media, Network Heterogeneity, and Opinion Polarization. **Journal of Communication**, [s. l.], v. 64, ed. 4, p. 702-722, 7 jul. 2022. DOI <https://doi.org/10.1111/jcom.12077>. Disponível em: <<https://academic.oup.com/joc/article-abstract/64/4/702/4086042?redirectedFrom=fulltext&login=false>>. Acesso em: 23 nov. 2023

LUIZ, Lucio; ASSIS, Pablo de. O Podcast no Brasil e no Mundo: um caminho para a distribuição de mídias digitais. In: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. 2010. p. 1-15. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/r5-0302-1.pdf>>. Acesso em 20 nov. 2023.

TOALDO, Mariângela Machado; JACKS, Nilda Aparecida. **Consumo midiático: uma especificidade do consumo cultural, uma antessala para os estudos de recepção**. In: ANAIS DO 22º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2013, Salvador. Anais eletrônicos... Campinas: Galoá, 2013. Disponível em: <<https://proceedings.science/compos/compos-2013/trabalhos/consumo-midiatico-uma-especificidade-do-consumo-cultural-uma-antessala-para-os-e?lang=pt-br>>. Acesso em: 05 nov. 2023.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das mídias digitais:** linguagens, ambientes, redes. Petrópolis: Vozes, 2014. 328 p. ISBN 9788523209551. Edição digital.

MCCOMBS, Maxwell. A Look at Agenda-setting: past, present and future. **Journalism Studies**, Bauru, v. 6, ed. 4, p. 543-557, 2006. DOI <https://doi.org/10.1080/14616700500250438>. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14616700500250438?needAccess=true>>. Acesso em: 13 nov. 2023.

NÃO INVIBILIZE, Podcast. **Já pensou se toda idosa morando em casa velha e sem esgoto tivesse esse amparo da polícia/bombeiro/prefeitura, hein?** [...]. 20 jul. 2022. X: @Naolviabilize. Disponível em <<https://x.com/Naolviabilize/status/1549863443544563712?s=20>>. Acesso em 23 nov. 2023.

NERY, Erick Matheus; ALONSO, André. **Com mulher da casa abandonada, Datena tem mais audiência do que novelas.** Notícia da TV. [S. I.], 20 jul. 2022. Disponível em <<https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/audiencias/com-mulher-da-casa-abandonada-datena-tem-mais-audiencia-do-que-novelas-85399>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

PILATTI, Carolina de Almeida. Violência e filosofia. In: MODENA, Maura Regina (Org.). **Conceitos e formas de violência.** 1. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2016. Disponível em: <<https://www.ucs.br/educs/livro/conceitos-e-formas-de-violencia/>>. Acesso em: 28 out. 2023.

PINHO, M. D. C.; MESQUITA, P.; CARREIRO, R. A febre dos podcasts de política no Brasil. **Intexto**, Porto Alegre, n. 53, p. 110787, 2022. DOI: 10.19132/1807-8583202253.110787. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/110787>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

RODRÍGUEZ, Margarita. Como surgiu a crucificação, o mais ‘cruel e aterrorizante’ dos castigos. In: **BBC News Brasil**. [S. I.], 7 abr. 2023. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cd12j417nndo>>. Acesso em: 30 out. 2023.

ROXO, Luciana. A difusão de informações e o fenômeno da “viralização” das notícias falsas nas redes sociais. **ENTRE.MEIOS**, Rio de Janeiro, v. 13, ed. 2, 2016. Disponível em:

<<http://entremeios.com.puc-rio.br/media/Luciana%20Roxo.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2023.

STAFF, Newsweek. Slavery's New Face. Newsweek, Washington DC, 17 dez. 2000. Disponível em: <<https://www.newsweek.com/slaverys-new-face-156143>>. Acesso em: 13 nov. 2023

SUSIN, Fernanda Prux; FLEITAS, Horácio Francisco Rodrigues. O mal-estar na civilização e a gênese da violência. In: MODENA, Maura Regina (org.). **Conceitos e formas de violência**. 1. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2016. Disponível em: <<https://www.ucs.br/educs/livro/conceitos-e-formas-de-violencia/>>. Acesso em: 28 out. 2023.

TERRA, Carolina Frazon; SOUSA, Gisela Maria. Opinião Pública em tempos de mídias sociais. In: XIII CONGRESSO BRASILEIRO CIENTÍFICO DE COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E DE RELAÇÕES PÚBLICAS, 2019, São Paulo. **Anais XIII Congresso Abrapcorp: “Comunicação, Opinião Pública e Organizações”** [...]. [S. I.: s. n.], 2009. Disponível em: <[http://abrapcorp2.org.br/site/manager/arq/\(cod2_22591\)CarolTerra_GiselaSousa_GT6_Abrapcorp_2019.pdf](http://abrapcorp2.org.br/site/manager/arq/(cod2_22591)CarolTerra_GiselaSousa_GT6_Abrapcorp_2019.pdf)>. Acesso em: 14 nov. 2023.

TRINDADE, Eneus e ZIMMERMANN, Daniel Dubosselard e MEIRA, Karla de Melo Alves. **Rituais de consumo: espectros da midiatização e da opinião pública sobre o ativismo digital**. Interin, v. 25, n. 2, p. 222-248. Disponível em: <<https://doi.org/10.35168/1980-5276.UTP.interin.2020.Vol25.N2.pp222-248>>. Acesso em: 10 nov. 2023.

ŽIŽEK, Slavoj. **Violência: seis reflexões laterais**. Boitempo Editorial, 2015.